

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA E REGIÕES**

Caroline Cassoli Gonçalves

**O Pantanal: Identidade e Patrimônio do Estado de Mato
Grosso do Sul**

Dissertação de Mestrado

Guarapuava, PR

2019

CAROLINE CASSOLI GONÇALVES

**O PANTANAL: IDENTIDADE E PATRIMÔNIO DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO/PR, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Espaços simbólicos, ambientes e corporeidades.

Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz

Guarapuava, PR

2019

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

G635p Gonçalves, Caroline Cassoli
 O Pantanal: identidade e patrimônio do estado de Mato Grosso do Sul /
 Caroline Cassoli Gonçalves. -- Guarapuava, 2019.
 xiii, 69 f. : il. ; 28 cm

 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
 Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História
 e Regiões, linha de pesquisa: Espaços simbólicos, ambientes e
 corporeidades, 2019.

 Orientador: Jó Klanovicz
 Banca examinadora: Marcos Gerhardt, Vanderlei Sebastião de Souza

 Bibliografia

 1. História. 2. Identidade. 3. Patrimônio. 4. Pantanal. 5. Foucault, Michel,
 1926 - 1984. 6. Mato Grosso do Sul – Estado – Brasil. I. Título. II. Programa
 de Pós-Graduação em História.

CDD 981

TERMO DE APROVAÇÃO

Caroline Cassoli Gonçalves

Pantanal: identidade e patrimônio do Estado de Mato Grosso do Sul

Dissertação aprovada em 05/08/2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:



Dr. Marcos Gerhardt
Universidade de Passo Fundo
Titular



Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular



Dr. Jó Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2019

Para toda menina que um dia
sonhou em ser *cientista*.

AGRADECIMENTOS

"Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós."

(Antoine de Saint-Exupéry - O Pequeno Príncipe)

Ao longo de toda a jornada da pesquisa, desde a graduação até o mestrado, foram inúmeros os momentos em que criei notas mentais para que não me esquecesse de nenhum daqueles que passaram pelo meu caminho e que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação enquanto pesquisadora e educadora. Se minha memória me trair, peço perdão àqueles que deixar de mencionar neste momento, e quero salientar que em cada parágrafo desta dissertação, estão espalhados inúmeros obrigadas sem nome, mas que fazem parte deste trabalho, e sem os quais o mesmo talvez não teria sido concretizado.

Obrigada a todos os mestres com os quais tive o privilégio de aprender; nesta historiadora existe uma parte de cada um de vocês. Prof^a Silvana Paupitz, a primeira professora de história. Obrigada por me apresentar esta ciência tão fascinante e por me incentivar a buscar as respostas para todos os meus questionamentos. Prof^o Fortunato Pastore, obrigada pelas conversas e conselhos, pelos debates cósmicos e pelos cafés da tarde; me sinto honrada por poder chamá-lo de amigo. Prof^o Vitor Wagner e Prof^a Maria Celma, obrigada pelos puxões de orelha, pelas reuniões e churrascos, pela leitura e correção do projeto, e pela acolhida, me fazendo me sentir em casa mesmo estando tão distante; sempre serei grata por tudo o que fizeram por mim. Prof^o Rafael Athaides, obrigada pelas conversas e pelas aulas tão geniais que sempre me cativaram; espero me tornar uma educadora tão boa quanto você um dia. Prof^o Arnaldo Sakamoto, obrigada por me receber tão bem em sua casa e pelos ensinamentos acompanhados sempre de muita sabedoria e respeito. Prof^o Geysó Germinari, obrigada pelas lições e pela gentileza demonstrada em cada aula. Prof^a Beatriz Anselmo, obrigada pelos debates e pelas indicações que muito contribuíram para este trabalho. Prof^a Ariane Carla, obrigada por me apresentar Foucault de uma forma que eu pudesse compreender, em cada aula eu me via intrigada pela próxima, seus direcionamentos foram determinantes para esta dissertação. Prof^o Marcos Gerhardt e Prof^o Vanderlei S. de Souza, as

contribuições e os apontamentos da banca de qualificação ditaram o norte que este trabalho precisava, muito obrigada pela leitura minuciosa e pela atenção. E Profº Jó Klanovicz, sua orientação e compreensão durante todo o percurso desta dissertação foram essenciais, obrigada por saber cobrar sem pressionar e por acreditar neste trabalho - e nesta pesquisadora - desde o começo.

Obrigada a todos os amigos e colegas do programa de pós-graduação da Unicentro que compartilharam esta jornada comigo, vivenciando os mesmos medos e inseguranças, mas sempre ajudando um ao outro. Obrigada Bruno Bio por embarcar junto comigo rumo a terras desconhecidas, dois paulistas sul-mato-grossenses perdidos pela terra das araucárias. Sua presença foi essencial para este ciclo. Elisiane Zvir, a amiga com quem compartilhei inseguranças e artigos científicos. Obrigada pelas conversas e por sempre me lembrar que não estava sozinha. Eliane, Silvéria, Filipe; obrigada por me acolherem e por dividirem cafés e devaneios sobre esse mundo acadêmico, sempre me lembrarei das nossas tardes geladas com muito carinho.

Obrigada aos amigos que me acompanharam durante a escrita desta dissertação; Ana Laura, Joser Neves, Jorge Gomes, Wesley David, Kemelly Mello, Adriana Cézero. Sem os momentos em que vocês me traziam de volta para a realidade este trabalho teria sido muito mais difícil. Obrigada por entenderem e por me apoiarem até mesmo nos momentos em que não pude estar presente.

Obrigada a minha família, meus pais Márcia e Wilson, meu irmão Caique, e minha avó Iodete. Nós sabemos o quanto foi difícil, financeiramente e emocionalmente. Com muito sacrifício finalmente alcançamos o fim desta jornada. Obrigada por todo o apoio e sustentação que vocês me deram. Esse título é parte de vocês também.

E ao meu companheiro de vida e de sonhos, Caio. Obrigada por tudo e por tanta coisa. Fiz com que uma escolha minha também se tornasse sua, e por um grande período tivemos que permanecer distantes um do outro. Nós bem sabemos o quão doloroso foi este processo. Me desculpe por perder tantas datas importantes e por não estar presente durante as dificuldades. Obrigada por sempre me apoiar e me incentivar na minha pesquisa. Sem você este trabalho provavelmente não teria sido concluído.

Obrigada a CAPES e a Fundação Araucária que, por um curto período de tempo, financiaram esta pesquisa.

A conclusão deste trabalho marca o fim de um ciclo de seis anos, iniciado na

graduação em 2013. Me sinto muito orgulhosa pelo fato de por entre estas páginas trazer referenciais com os quais tive contato por muito tempo no campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisadores da Geografia e da História os quais se debruçavam sobre o Pantanal com muito respeito e admiração. Fiz parte da trajetória destes pesquisadores que agora passam a fazer parte da minha. É muito satisfatório poder prestigiar a pesquisa de meus colegas trazendo um pouco do trabalho deles nesta dissertação.

Por entre estes inúmeros obrigadas é que este texto foi escrito. Em seu cerne existe amor e respeito pelo ofício exercido de forma tão nobre - porém pouco valorizada - por nós historiadores. A pesquisa demanda sacrifícios e dedicação, o que por vezes pode ter um custo caro para a saúde, tanto mental quanto física. Portanto, estas páginas representam o melhor que eu tinha a oferecer.

*Words are, in my not-so-humble
opinion, our most inexhaustible
source of magic. Capable of both
inflicting injury, and remedying it.*
(Albus Percival Wulfric Brian
Dumbledore)

*O bom da ciência é que ela é
verdade, você acreditando ou não.*
(Neil deGrasse Tyson)

RESUMO

A partir da formação do estado de Mato Grosso do Sul, o qual é marcado por disputas e rupturas em sua história, a presente dissertação aponta para um momento de crise de identidade da população extremamente plural de um estado recém formado. Em resposta a tal crise, as instituições de poder por meio do uso de discursos apropriam-se do patrimônio natural, apontando o bioma Pantanal - Patrimônio da Humanidade pela Unesco - como elemento unificador e gerador de identidade do estado. A partir do óculos teórico Foucaultiano, esta pesquisa de base documental historiográfica, realiza debates perante a possibilidade da identidade deste estado ter sido construída por meio de uma ordem de discursos enunciados pelas instituições detentoras de saber-poder, onde subjetiva a população a assumir a identidade proposta, mas sem tirar do horizonte a receptividade desses sujeitos diante dos discursos enunciados. Trata-se de uma pesquisa historiográfica do conjunto de condições de possibilidade perante a assertiva de que o Pantanal do estado de Mato Grosso do Sul, patrimônio natural, é parte essencial da identidade da população do estado.

Palavras-chave: Identidade; Patrimônio; Pantanal; Foucault; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Starting from the formation of the state of Mato Grosso do Sul, which is marked by disputes and ruptures on its history, the present dissertation points to a moment of identity crisis of the extremely plural population of a newly formed state. In response to such a crisis, the power institutions by means of the use of discourse appropriates of the natural patrimony, pointing the biome Pantanal - Patrimony of the Humanity by Unesco - as an state unifying element and identity generator. By the Foucauldian theoretical glasses, this research of historiographical documental basis, holds debates towards the possibility of the identity of this state have been built by the means of a order of discourses enunciated by the institutions holders of know-power, where it subjective the population to assume a proposed identity, but without loosing of sight the receptivity of this subjects toward the enunciated discourses. It is a historiographical research of the set of conditions of possibilities toward the assertive that the Pantanal of the state of Mato Grosso do Sul, natural patrimony, is a essential part of the identity of the state population.

Keywords: Identity; Patrimony; Pantanal; Foucault; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MS: Mato Grosso do Sul

Fundtur-MS: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1	
O MOVIMENTO DIVISIONISTA NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: PRÁTICAS DISCURSIVAS E DISPUTAS DE PODER	21
1.1 A construção discursiva e as vontades de verdade: uma análise historiográfica sobre a formação do estado	22
1.2 A ordem do discurso: disputas de poder	30
Capítulo 2	
O LUGAR DA HISTÓRIA E O CONCEITO DE CRISE DE IDENTIDADE: UM DEBATE ACERCA DA CONDUÇÃO DE MEMÓRIAS	35
2.1 O lugar da história.....	36
2.2 Hartog, Nora e Seixas: Lugares de memória.....	38
2.3 A Identidade e seus pilares.....	40
2.4 Crise de Identidade: construída ou espontânea?.....	45
Capítulo 3	
PANTANAL: A MAIOR PLANÍCIE ALAGADA DO MUNDO	47
3.1 O Pantanal: história e formação	50
3.2 Pantanal e os Discursos.....	52
3.3 Patrimônio Natural e Elemento Identitário: as relações entre natureza e identidade..	56
Algumas Considerações	61
Bibliografia	63

INTRODUÇÃO

Patrimônios naturais fazem parte da história de temporalidades passadas da mesma forma que pertencem ao tempo presente, sendo assim, elemento de um constructo identitário para certas populações. Neste sentido o Pantanal emerge como um patrimônio natural do estado de Mato Grosso do Sul cuja margem foi edificada a identidade do sul-mato-grossense, e é a partir desta premissa que esta dissertação buscará entender os percursos desta identidade. Seria ela parte de um discurso fabricado para devidos fins, ou ela surge de forma inconsciente e sem a interferência das instituições de poder?

Ao refletirmos sobre o estado de Mato Grosso do Sul, partimos da premissa de uma ausência no quesito de representação de identidade, na medida em que havia uma grande dificuldade quando se buscava nomear um símbolo da cultura sul-mato-grossense. Vasculhando por entre monumentos e costumes, nos parecia que nada era passível de se conceber como patrimônio definidor de identidade. É compreensível que este hiato exista, uma vez que a população lidou com a ruptura estatal no fim da década de 1970¹, caracterizando a pouca idade do estado, cuja própria história se mistura com a de Mato Grosso. Até que por entre diversas indagações emerge o cenário do Pantanal e o desejo de entender a composição desta identidade. Por que não explorarmos o Pantanal como um patrimônio natural, definidor de identidade para a população do estado? Em todos os quatro cantos do estado de Mato Grosso do Sul, nos parece que não há quem não conheça e admire o Pantanal, tendo-o como objeto de orgulho estadual, enaltecendo a sua distinta cultura e biodiversidade². O Pantanal seria, portanto, a base desta identidade sul-mato-grossense? Se partimos dessa indagação, então, por que não mergulhar neste patrimônio e tentar entender como ele se entrelaça na identidade do estado de Mato Grosso do Sul e o que o colocou nesta posição?

A partir destes questionamentos e do cenário histórico, a discussão em torno do conceito de crise de identidade se torna extremamente pertinente, uma vez que rupturas como a encontrada na história recente do estado tendem a trazer mudanças não apenas

¹ Criação do estado de Mato Grosso do Sul a partir da lei complementar de nº31 em 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel.

² “O Pantanal é uma das maiores planícies sujeitas a inundações periódicas do globo. Localizado na região central da América do Sul, está localizado principalmente nas áreas dos Estados brasileiros do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na Bolívia e no Paraguai. Este bioma possui fronteira com a Floresta Amazônica, ao norte, e com o platô do Brasil central, a leste, e ocupa aproximadamente 160.000 km² do território brasileiro.” (PEREIRA; CHÁVEZ; SILVA, 2012, p. 90)

geográfico-espaciais, como também mudanças diante das tradições e dos costumes geradores de identidade. Podemos dizer até que a população do estado de Mato Grosso do Sul passou por um processo migratório, o que não se caracteriza apenas no âmbito do espaço como também em qualquer outro processo que acarrete qualquer mudança. Portanto, a crise identitária da população do estado de Mato Grosso do Sul é aquilatada pela historiografia do período e também dos dias atuais, onde se almeja compreender as nuances deste processo identitário a partir das peculiaridades da região, da população e do estado em si.

Diante de acontecimentos dessa natureza no decorrer da história, o historiador tem um lugar de fala, um olhar que cria possibilidades de discurso diferentes, mas que necessitam da história ciência no seu processo de investigação; metodologia. Enquanto a história escrita é um processo artístico de representação do conhecimento adquirido por meio do método. Utilizando-se destes caminhos é que o historiador cria o seu registro sobre aquela história, a partir do seu olhar. E no decorrer desta dissertação este lugar do historiador - e da história - será questionado.

A base documental desta pesquisa será pautada na historiografia produzida sobre o estado de Mato Grosso do Sul, buscando por meio de debates teóricos compreender estes processos nas diversas formas em que foi documentado pelos historiadores e pesquisadores do tema. Portanto, as fontes analisadas são advindas da historiografia.

Como tratamos aqui de uma história regional, é preciso que tenhamos compreensão acerca dos conceitos de região e espaço, termos os quais possuem um aspecto interdisciplinar, transitando entre a ciência da História e da Geografia. Enquanto que o espaço, de grosso modo, poderia ser definido como uma área delimitada espacialmente, a princípio; região já assume uma natureza mais específica, exigindo alguns critérios para a sua demarcação dentro de um espaço. Pierre Bourdieu apontou para esta interdisciplinaridade residente no próprio conceito de região.

a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Agora, entre espaço e região, segundo Paul Bois, existe um elemento definidor que distingue um do outro, uma vez que uma região só é concebida a partir de um espaço já definido aprioristicamente. Para ele este elemento é a história, uma vez que “se a região se apresenta como um espaço, ela é um espaço definido por uma história diferente da do espaço vizinho e externo. Essa ênfase na história como fator constituinte da região remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da paisagem.” (POZENATO, 2003, p. 4). A partir desta assertiva, devemos pontuar também as características as quais concedem uma identidade para determinada região.

Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que só se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela poder ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites. (BARROS, 2005, p. 98).

Quando pensamos em identidade, nos voltamos quase que naturalmente para as peculiaridades de cada região, desde sotaques, culinária local, monumentos históricos, até mesmo os costumes de sua população. Cada estado é um emaranhado de histórias e tradições que são parte da memória coletiva de sua população, transparecendo a essência de sua cultura e identidade. Sobre a identidade local, Leite (2008, p. 146) afirma que:

inúmeras manifestações de caráter popular possuem raízes profundas na História de uma sociedade e, ao longo do tempo, permanecem como componentes identitários, recebendo novas contribuições que proporcionam mudanças em suas práticas e, principalmente, conferindo novos sentidos e significados à(s) manifestação(ões) culturais.

Ou seja, as raízes de uma cultura permeiam a história do lugar, ao buscar manter a tradição e costume na memória de sua população, mas não obstante às mudanças nestas práticas pode-se construir novos significados, ao contribuir na manutenção destas manifestações culturais populares, enfatizando a presença da identidade e fazendo com que a população se sinta protagonista desta história.

No caso do Mato Grosso do Sul depois da divisão, cujo primeiro governo foi instaurado em janeiro de 1979, momento em que Geisel nomeou como governador Harry Amorim Costa; segundo Bittar (2009, p. 30) o estado que até então era visto como unicamente agrário, passou a ser “afamado por suas grandes e belas fazendas, pelos numerosos rebanhos de gado nelore que contrastam com o verde do cerrado e convivem com a exuberante fauna e flora pantaneiras”. Ou seja, esta imagem é construída desde os relatos dos monçoeiros que mencionavam a vasta área alagada, rica em aves de variadas cores e tamanhos, onde “onças e tamanduás fazem parte do cenário. (...) e os peixes surpreendem por sua abundância” (JESUS, 2011, p. 137), até os dias atuais, em que o animal símbolo do estado, a ave Tuiuiú, é de origem pantaneira. Por esta perspectiva, percebemos a ligação direta do estado com a paisagem do Pantanal. O Mato Grosso do Sul incorpora em suas práticas culturais muitos elementos advindos da cultura pantaneira, acarretando essa associação da grande influência do Pantanal na identidade do estado e de sua população.

A preservação da memória é essencial para a valorização da identidade e da cidadania, pois segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. Neste sentido, alguns elementos históricos são definidos como primordiais para a história regional, construindo referenciais para uma memória coletiva, a qual não é “somente uma conquista, como também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1996).

Michael Pollak, afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, pois ela é um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Essa reconstrução pode ser considerada parte do processo de reconhecimento, pertencimento e protagonismo na relação dos sujeitos com o local onde vivem.

Pensando na memória e no seu importante papel na preservação da história e cultura de determinada população ou determinado lugar; a forma como esta se manifesta dá-se por meio da oralidade e da narrativa. A narrativa seria aqui um elemento constitutivo da ação, como um processo de reconstrução pessoal e de reconstrução da cultura, através da palavra e do diálogo com a memória individual, social e coletiva. Reconstrução que se assemelha à modelagem:

a narrativa ao mergulhar na vida do narrador, modela imagens na memória, como a mão do oleiro modela a argila do vaso; o narrador é um guardião da memória coletiva da sociedade (sem escrita e/ou, como a nossa, com e sem escrita), que com contos e histórias traz para o cotidiano nosso passado ancestral (PÉREZ, 2003, p. 23).

E neste processo de valorização da memória coletiva, os patrimônios se configuram legitimadores da rememoração e valorização do passado. Neste sentido, patrimônio seria “qualquer evidência material ou manifestação da cultura” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999), caracterizando-se por diferentes fontes históricas, como: fotografias, documentos, sítios arqueológicos, prédios históricos, reservas ambientais, monumentos, paisagens naturais, praças, festas e comemorações, rituais. O patrimônio histórico cultural carrega em si memórias, tendo como uma das suas características mais relevantes ser referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais; pelos cidadãos, em caráter individual, de forma a se converter em capital simbólico da sociedade, e também em caráter coletivo, em que essa referência é voltada para o reconhecer-se parte de algo ou de algum lugar, edificando no patrimônio um monumento de memória e identidade. Ainda em análise sobre o patrimônio, Gonçalves (2002) afirma que:

os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’. (...)Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.

A abordagem sobre patrimônio histórico cultural reflete também o que os grupos sociais definem como representantes das identidades de cada região, relacionando-se com a memória social e coletiva e também com a história local e regional. Neste sentido, a valorização das narrativas evidencia a real importância da recuperação destas memórias, por meio do trabalho com a história oral, momento em que buscamos no saber popular a história

até então não contada, como pontua Sharpe (1992), ao afirmar ser fundamental buscar a história de pessoas comuns que podem não ter recebido o título de protagonistas até então, mas que são parte essencial para a história dos lugares, trazendo nas suas peculiaridades as características da cultura e história local, ao evidenciarem assim a sua identidade regional.

Le Goff (1990) destaca ainda a importância do papel da memória e da narrativa nas diferentes sociedades, já que esta pode atuar em diversas esferas sociais, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, na legitimação de um determinado poder, tradição ou identidade. Desta maneira, a partir dos patrimônios pode-se trabalhar as diferentes memórias – individual, coletiva e selecionada – através das narrativas, em um processo em que a “história é vista como uma memória social”, como pontua Peter Burke (1990), lembrando também do lugar social, em que toda pesquisa histórica parte de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (CERTEAU, 2000).

Com base nestas premissas, esta dissertação se constituirá em três capítulos visando abordar de forma crescente este processo identitário a partir de debates historiográficos e contraposições teóricas.

O primeiro capítulo buscará elucidar o momento histórico do estado de Mato Grosso do Sul pós divisão. Um movimento divisionista que há tempos já vinha se articulando pelo desmembramento do estado de Mato Grosso em oposição a uma Cuiába forte e que não enxergava vantagem econômica-política neste processo para si. Quais seriam principais características deste processo, visando estabelecer uma análise foucaultiana sobre a enunciação de discursos que almejavam a validação como vontades de verdade vigentes. Após a divisão, quais são os primeiros desafios do Mato Grosso do Sul.

Já o segundo capítulo terá como foco a discussão acerca do conceito de crise de identidade. Para basear este discurso o autor Pierre Nora em seu texto *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*, os lugares de memória são monumentos e lugares sociais vistos como gatilhos de memória nacional, o que é criticado por François Hartog. Em seu texto *Tempo e História: Como escrever a história da França hoje?*, o autor faz uma reflexão sobre a memória nacional a partir da história da França pós revolução. Como leitura auxiliar, os pontos propostos por Jacy Alves de Seixas acerca da história e a memória serão de grande contribuição para a discussão. A questão norteadora visa pensar como e por quê em um momento de crise, o pantanal é estabelecido como um patrimônio natural do estado de Mato Grosso do Sul gerador de identidade. O que motivou e possibilitou este processo?

No terceiro e último capítulo, a discussão se estende a compreensão do Pantanal como um patrimônio natural gerador de uma identidade a partir de toda a sua extensão cultural, histórica, tradicional, turística e ambiental. Com o auxílio de autores da ciência da Geografia, compreender a história de formação geológica do pantanal, adentrando toda a sua complexidade enquanto a maior planície alagada do mundo. A relação do homem com a natureza também será abordada a partir de debates entre historiadores da História Ambiental, onde por meio destas discussões serão abordadas as problemáticas relacionadas ao patrimônio natural como base para a edificação desta identidade. Todas os discursos e os argumentos que levaram o Pantanal ao patamar de símbolo do estado.

Capítulo I

O MOVIMENTO DIVISIONISTA NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: PRÁTICAS DISCURSIVAS E DISPUTAS DE PODER

Pelo Sul nada fez o Centro. A história nos diz que, da região cuiabana, poucos se aventuraram para o sul, sendo pequena a corrente que varou o pantanal para a região de Miranda.

(A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon, 1934)

O processo de formação do estado de Mato Grosso do Sul está embrenhado em relações e disputas de poder que o tornaram possível. Partindo desse pensamento, o presente capítulo tem como objetivo analisar as disputas em torno da formação do Estado do Mato Grosso do Sul. Como base teórica para análise das fontes historiográficas, os pressupostos de Michel Foucault sobre as práticas discursivas serão norteadores para compreensão dos interesses envolvidos na culminação da divisão do(s) estado(s). Como ele mesmo salientou, os discursos fundam práticas ao mesmo tempo em que são movidos por um saber-poder. É seguindo por este caminho que buscaremos compreender as conflituosas disputas discursivas dos diversos grupos sociais e de que maneira tentavam acionar o poder estatal para alcançar seus objetivos.

A lei de criação do estado de Mato Grosso do Sul foi assinada em 11 de outubro de 1977 pelo presidente Ernesto Geisel, mas a gênese desta tramitação data de quase um século antes. Por anos, o movimento divisionista na região sul do estado de Mato Grosso buscava a divisão do estado partindo de argumentos econômicos, políticos e culturais, porém inúmeras foram as tentativas frustradas pela capital Cuiabá, que sempre barrava as intenções sulistas devido aos seus interesses políticos e econômicos em manter o território do sul anexado a Mato Grosso.

Se refletirmos a partir desta pequena contextualização do processo de formação do estado de Mato Grosso do Sul, é possível identificarmos disputas de poder no decorrer dos

fatos. Os discursos partiam de ambos os lados e tinham por objetivo exercer uma vontade de verdade e, desta forma, seguiam sobrepondo um ao outro, resultando em uma disputa de poder. Como Michel Foucault pontua, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1996, p. 10).

Portanto, este capítulo tem por objetivo, a partir de autores como Queiroz (2006), Bittar (2009), Jesus (2011), Corrêa (1995), Weingartner (1995) e Campestrini (2009), que analisaram este processo de divisão do(s) estado(s); além de utilizar da ótica foucaultiana exposta em a *Ordem dos Discursos*³ para realizar uma breve análise acerca dos discursos em circulação que culminaram na então divisão do estado em 1977; buscar nas entrelinhas deste processo as vontades de verdade exercidas ao almejar por meio dos usos do saber a conquista do poder.

1.1 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E AS VONTADES DE VERDADE: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO

Na historiografia produzida sobre a formação do estado de Mato Grosso do Sul há um consenso com relação aos acontecimentos e etapas que culminaram na divisão dos estados em 1977; e estes são divididos em quatro fases. Porém, para a historiadora Alisoete Antônia dos Santos Weingartner, que trabalhou com a formação do estado de Mato Grosso do Sul a partir do movimento divisionista, há pontuais dificuldades em se estudar o mesmo em uma perspectiva linear e evolutiva, uma vez que

o divisionismo, na República Velha, manifestou-se, nos primeiros anos, nos ervais e Campos de Vacaria, em oposição aos privilégios da Matte Laranjeira. Após 1920, o desenvolvimento das vilas e das cidades e a presença dos militares na região fizeram com que os divisionistas se juntassem aos militares como forma de obter a divisão do Estado. Foi nessa relação que o movimento divisionista sofreu influência do tenentismo (WEINGARTNER, 1995, p. 80).

³ A *Ordem do Discurso* é resultado da aula inaugural de Michel Foucault no Collège de France ao assumir a cadeira de Jean Hyppolite, pronunciada em 02 de dezembro de 1970.

Ou seja, apesar da ordenação cronológica dos acontecimentos ser uma ferramenta paradidática na compreensão da história do(s) estado(s), - se analisarmos por uma ótica foucaultiana - foi por meio de vontades de verdade sobrepostas que os inúmeros acontecimentos discursivos formaram o conjunto de condições de existência de enunciados para o futuro triunfo do movimento divisionista. Para Foucault, “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (1996, p. 52-53). Entende-se, portanto, como um processo não-linear, em que em diversos momentos distintos as vontades de verdade foram exercidas como uma ferramenta de pressão e coerção sobre os outros discursos em circulação.

A historiografia sobre o estado aponta a primeira fase tendo seu início no ano de 1889, onde surgem os primeiros tímidos sinais de uma movimentação política promissora com relação a divisão do, até então, estado de Mato Grosso. Alguns políticos corumbaenses divulgaram um manifesto no qual propunham a transferência da capital do estado para Corumbá em consequência da grande área territorial ocupada pelo estado⁴, mas devido ao contexto político-social do momento⁵, o movimento perdeu força e acabou por ser silenciado pelas autoridades do período. Esta fase é marcada pela formação das oligarquias sul-mato-grossenses que se unem às oligarquias de Cuiabá, buscando o reconhecimento da posse de terras em oposição ao monopólio exercido na exploração da erva-mate pela Companhia Matte Larangeira. A Companhia Matte Larangeira foi uma empresa centenária que surgiu a partir de uma concessão imperial em 1877 à Thomaz Larangeira por serviços prestados durante a Guerra do Paraguai. A companhia atuava na extração da erva-mate no estado de Mato Grosso por meio de um contrato com o estado que o concedia exclusividade na extração e manipulação dos ervais no território estatal, o que por muito tempo foi a base da economia no período. O baixo custo de mão de obra indígena e imigrante garantiu a Companhia uma ascensão econômica que concentrou boa parte da base econômica do estado.

O que não se pode deixar de notar é que neste momento o movimento divisionista que aos poucos vai tomando forma é constituído pela elite dos fazendeiros, onde os objetivos

⁴ Mato Grosso contava com uma área territorial de 1,231,549km², o que no período era um grande obstáculo em questões de logística e administração política.

⁵ Em 15 de novembro do ano de 1889, por meio de um golpe de estado político-militar, ocorreu a Proclamação da República do Brasil. A proclamação aconteceu no - até então capital do Império do Brasil - Rio de Janeiro, quando um grupo de militares tendo como líder o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca destituiu o Imperador Dom Pedro II e assumiu o poder, instituindo o primeiro governo provisório republicano do Brasil.

divisionistas quase sempre se fundiam as propensões do coronelismo. A historiadora Marisa Bittar ressalta que

A formação do próprio estado, a partir da ocupação das terras desde o século XIX, está associada à formação e expansão da pecuária de corte e foi da classe social dos grandes proprietários rurais que surgiu a causa separatista, redundando, quase um século mais tarde, na divisão de Mato Grosso com a consequente criação de Mato Grosso do Sul. Talvez, por essa razão, Paulo Coelho Machado gostasse de repetir que ‘Mato Grosso do Sul deve tudo ao boi’ ou então que ‘Mato Grosso do Sul é um Texas melhorado’. (BITTAR, 2009, p.415)

Enquanto a Mato Grosso baseava-se em uma economia extrativista, inicialmente com os garimpos do século XVIII e mais adiante com a borracha, Cuiabá prosperava muito em cima destes moldes e se manteve como a cidade maior cidade de um norte muito mais rico. Na outra via, o sul tinha uma base pecuária e agrícola de manutenção

o sul vivia basicamente da pecuária e de uma agricultura de subsistência. A liderança da região era compartilhada pelos municípios de Nioaque (de onde se desmembrou Campo Grande), Miranda e Bela Vista. Os sulistas eram muito pobres, pois, como lembra Demosthenes Martins, o gado servia quase que só para a produção de couro. ‘A carne era para ser consumida nas fazendas ou jogada fora, pois não havia como exportar, nem mesmo salgada, porque os preços não compensavam os custos de frete. Só o couro tinha condições de ser exportado, até mesmo para a Europa’. (1977, p. 01)

Porém, por volta da década de 1910, chega ao sul do estado de Mato Grosso os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o que serve como gatilho de desenvolvimento para muitas vilas ao sul do estado que passam a crescer em população e movimentação comercial, ganhando a autenticidade de municípios. Juntamente com isto, com as primeiras ‘marias-fumaça’, vem a garantia de uma ligação direta do sul do estado com a grande São Paulo de apenas três dias, onde a partir de então “os fazendeiros do Sul podiam, agora, exportar carne e não apenas couro. A agricultura podia deixar de ser apenas subsistência. A interação da região mais pobre de Mato Grosso à mais rica do país não tardaria a inverter os pólos de atração do Estado.” (1977, p. 01)

Em 1920 a cidade de Campo Grande, na região sul do estado, se torna sede da Circunscrição Militar e é apontada como a capital econômica do estado. A partir deste momento as oligarquias sulinas se desprendem de antigas alianças e se aliam aos militares, o que novamente impulsiona o movimento divisionista.

A segunda fase se inicia na década seguinte, e o movimento que até então não apresentava um plano político definido começa a se organizar, de forma que as lutas armadas são deixadas de lado e a pressão política passa a ser a principal ferramenta. Em 1932, os divisionistas se unem as forças paulistas e enfrentam a Revolução Constitucionalista⁶, da qual saem derrotados, porém o movimento se fortaleceu. Foi então criada a Liga Sul-Matogrossense⁷, defendendo a autonomia do sul do estado, mobilizando ações de intervenção por meio do encaminhamento de abaixo-assinados aos constituintes federais nos anos de 1934 a 1946, reivindicando a criação do novo estado. Neste momento, Campo Grande torna-se o centro político do movimento divisionista. Para a historiadora Marisa Bittar, as raízes do movimento divisionista podem ser encontradas no nascimento do sentimento regionalista, sendo que “os sulistas transformaram o seu regionalismo em divisionismo” (BITTAR, 2009, p. 24). Segundo a autora, este sentimento regionalista encontrado no movimento consistia na manifestação e, principalmente, no recrudescimento das características que distinguem o sul do centro e do norte: sentimento de pertença; superioridade econômica; e, por fim, disputa pela condição de capital. Apegados a esse rol, em vez de integração, este sentimento de hiper valorização da regionalidade dos sulistas é canalizado para um discurso voltado ao separatismo.

Mais uma vez, as vontades de verdade, segundo Foucault, vão emergindo do movimento através de saberes-poderes, onde os discursos passam a sobrepor um ao outro na busca pela autoridade, uma vez que “são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.” (1996, p. 21)

⁶ Envolvendo os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul (até então, Mato Grosso), a Revolução constitucionalista tinha por objetivo a convocação de uma Assembléia constituinte e a destituição do governo provisório de Getúlio Vargas.

⁷ Fundada no Rio de Janeiro por um grupo de estudantes, a Liga Sul-mato-grossense lança três documentos principais: um Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso, publicado em outubro de 1933; um Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte, publicado em janeiro de 1934.

Após a instauração da nova constituição, em 1937, o Presidente Getúlio Vargas cria a campanha Marcha para o Oeste incentivando a migração para a região centro-oeste do país com as justificativas de ocupação do território nacional e propagação do progresso.

Em mensagem radiofônica transmitida para todo o território nacional, o chefe de governo conclamava os brasileiros a rumarem para o Oeste em busca de oportunidades e descoberta de um novo Brasil, que, anteriormente explorado pelos bandeirantes, se encontrava agora esquecido. Para ele: O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (TRUBILIANO; MARTINS JUNIOR, 2008, p. 2)

O programa implantado por Vargas, influenciado pelas grandes expedições norte americanas, tinha por objetivo, além da ocupação territorial de áreas mais desocupadas do território nacional, a dissipação dos excedentes populacionais nas regiões centro-sul do país.

Da perspectiva ideológica do governo Vargas, um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração das várias regiões do interior do país, bem como na exploração de suas riquezas. Integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política. Para que esse processo de integração pudesse efetivar-se, o Governo Varguista ‘lançou mão’ da propaganda nos meios de comunicação, na produção cultural e na educação, como meio de sensibilização das massas com o objetivo de obter uma resposta satisfatória da população às políticas do Estado, em torno de seus projetos, dentre eles, a Marcha para Oeste. (TRUBILIANO; MARTINS JUNIOR, 2008, p.2)

Não esquecendo também dos interesses econômicos em transferir mão de obra para áreas de produção agrícola. Porém um de seus objetivos era pautado no reforço da segurança das fronteiras do país. Assim, em 1943, Vargas cria o Território de Ponta Porã, devido a sua localidade de fronteira com o Paraguai, e reforça o poderio militar na região. Desta forma, a

até então capital econômica do estado e centro político do movimento, Campo Grande, é deixada de lado, o que não atendeu aos interesses do movimento divisionista, não agradou ao governo do estado, e não deu manutenção ao acordo pré estabelecido com a Companhia Matte Larangeira.

A terceira fase data de 1945 a 1964. Após a saída de Getúlio Vargas da Presidência, seu sucessor Eurico Gaspar Dutra - mato-grossense natural de Cuiabá - adota uma política de redemocratização, reforçando a política de integração no país e estimulando a conservação dos estados. Em 1946, o Território de Ponta Porã é restituído ao estado de Mato Grosso, o que acaba se tornando um período frustrado para o movimento divisionista, que tenta juntamente com a Assembléia Constituinte, a transferência da Capital de Cuiabá para Campo Grande, mas mais uma vez tem seu pedido negado.

A quarta e última fase começa juntamente com o golpe de 1964, com o fim do período democrático e instauração de um governo militar ditatorial. Neste cenário de controle militar no território nacional, alguns políticos do movimento divisionista se aproximam dos militares na intenção de estudarem - por fora dos holofotes, desviando a atenção da oposição - formas de viabilizar política, econômica, e socialmente a divisão do estado. Em 1974, o governo federal, pela Lei Complementar nº 20, estabeleceu a legislação básica para a criação de novos estados e territórios reacendendo a luta pela autonomia do sul do estado. O artigo 2º da Lei Complementar nº 20, de 1 de julho de 1974, estabelecia a criação de novos estados por meio de “desmembramento de parte da área de um ou mais Estados” (BRASIL, 1974, p. 1), o que respalda o argumento do movimento divisionista, concedendo uma nova força a luta pela emancipação do sul de Mato Grosso da capital Cuiabá. Em 1976, a Liga Sul-Mato-Grossense, presidida por Paulo Coelho Machado, liderou a campanha pela divisão do estado, sofrendo uma grande oposição do governador de Mato Grosso, José Garcia Neto.

Em 11 de outubro de 1977 é assinada a Lei Complementar nº 31 pelo então presidente da República Ernesto Geisel - terceiro presidente do regime militar - criando o estado de Mato Grosso do Sul: “Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.” (BRASIL, 1977, p. 1), com 55 municípios. Porém “de outubro de 1977 até janeiro de 1979, o Mato Grosso do Sul não tinha governo próprio, permanecendo administrado por Cuiabá, sob o governo de José Garcia Neto. Em 1º de janeiro de 1979, tomou posse seu primeiro governador, Harry Amorim Costa” (SOTANA; CORREA, 2015, p. 44). Bittar aquilata que

quando o general Ernesto Geisel assinou a lei que dividiu Mato Grosso e criou Mato Grosso do Sul, encerrou, com o seu ato, uma trajetória secular de regionalismo e de uma causa vinculada aos grandes proprietários de terra. Nascida como demanda deles, restrita, com o tempo se tornou uma ideologia divisionista, uma cultura, quase um senso comum de que um dia Mato Grosso seria dividido. (2009, p. 430)

Entre os argumentos usados pelos divisionistas e, posteriormente, pelo Presidente ao decidir sancionar a lei da divisão, estava a questão logística de administração do estado, onde a grande extensão territorial não permitia a total eficácia do governo estadual na gestão política e econômica do estado.

Edvaldo Correa Sotana & Línive de Albuquerque Corrêa ainda chamam a atenção para o fato de que “a população envolvida não foi consultada a respeito da divisão. Se não foram intensas as ‘manifestações populares’ que antecederam e apoiaram a sua criação, também não existiram manifestações dos opositores” (2015, p. 44) dentro do estado, com exceção da capital Cuiabá cuja preocupação principal era a perda de grande parte de sua movimentação econômica sobre a pecuária e exploração de erva-mate na região sul do estado. A historiadora Marisa Bittar, ao debater sobre até que ponto o movimento divisionista e este sentimento emancipatório da divisão do estado permearam por todas as faixas da população, questiona,

mas se a criação de Mato Grosso do Sul foi realizada dessa forma, sem plebiscito, sem participação popular, nunca saberemos se, de fato, ela era o desejo da maioria ou apenas da oligarquia agrária. A marca de nascença do estado é ele ter sido criado assim, decorrente da decisão de uma ditadura. Se tal decisão atendeu a um anseio da maioria ou não é uma dúvida intrínseca a essa marca de nascença e que sempre existirá. Portanto, de quais elementos dispomos para afirmar que havia uma cultura divisionista, quase um senso comum, uma aceitação da divisão de Mato Grosso? (BITTAR, 2009, p.431)

Portanto, o processo que perdurou por quase um século se consolida em 1979 com o primeiro governo Sul-Mato-Grossense. Após a divisão e no decorrer das próximas duas décadas, o estado de Mato Grosso do Sul se torna polo industrial, o que movimenta a

economia do estado, além de atrair grande número de migrantes das regiões nordeste e sudeste, que passam a residir ali.

Mato Grosso do Sul é um estado de todos os sotaques, uma terra que abrigou, desde sempre, migrações nacionais e estrangeiras. De Campo Grande, por exemplo, era comum dizer-se nos anos de 1970, que era ‘uma ilha de turcos cercada de japoneses por todos os lados’. Portugueses, árabes, italianos, armênios, espanhóis, paraguaios e outros também vieram em busca de um futuro melhor; além de mineiros, paulistas e gaúchos, que estão na origem da formação histórica do sul de Mato Grosso. A ligação com os países da Bacia do Prata [Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai Uruguai], por sua vez, redundou em forte influência nos traços culturais, especialmente nas cidades de fronteira. (BITTAR, 2009, p. 410-411)

Outro aspecto favorável para o crescimento econômico do estado é o Pantanal, que devido a sua enorme biodiversidade acaba fortalecendo o turismo na região. Segundo Bittar, o estado, que até então era visto como unicamente agrário, passou a ser “afamado por suas grandes e belas fazendas, pelos numerosos rebanhos de gado nelore que contrastam com o verde do cerrado e convivem com a exuberante fauna e flora pantaneiras” (BITTAR, 2009, p. 30). Além do rico patrimônio cultural encontrado por entre sua população indígena, sendo a segunda maior do Brasil, “com cerca de 60 mil índios divididos nas etnias Terena, Kadiwéu, Guarani Kaiowá, Guató, Ofaié-Xavante, sendo os Terena a maior delas”. (BITTAR, 2009, p. 412). Ou seja, o estado se alavanca economicamente demonstrando os benefícios e ganhos acarretados pela insistência do movimento divisionista e pela tão almejada emancipação, consolidando as vontades de verdade advogadas pelos mesmos.

Segundo a autora Rosana Baeninger, “a dinâmica da redistribuição da população no espaço vincula-se, historicamente, às transformações estruturais pelas quais a sociedade brasileira passou, tendo como elementos básicos os processos migratórios e de urbanização” (2012, p. 12), e “a região sul do antigo Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) desde o fim do século XIX viu um aumento importante no fluxo de migrantes, sobretudo gaúchos” (FERNANDES, 2014, p. 32).

Antes mesmo da sua divisão, no fim do século XIX início do XX, o fluxo migratório no sul de Mato Grosso foi significativo:

vindos das províncias vizinhas (Minas Gerais, São Paulo, Paraná) e também do Rio Grande do Sul (sendo que essa migração de gaúchos, como se sabe, teria um notável incremento na década de 1890, em decorrência da Revolução Federalista). Tais migrantes dedicavam-se, como seus antecessores, à agricultura de subsistência e à pecuária bovina, sendo que, na região ervateira, não se furtavam também à elaboração de erva-mate, tanto para consumo próprio como para comércio (QUEIROZ, 2008, p. 44).

Os migrantes deste período buscavam na Companhia Matte Larangeira e na criação de gado a famosa oportunidade de nova vida no centro do país, campanha que na década de 1940 vai ser adotada por Vargas ao promover a Marcha para o Oeste para povoar a região do centro do país.

Já no fim da segunda metade do século XX, muda-se um pouco a perspectiva migratória “assim, os anos 80 já indicavam a expansão dos espaços da migração, tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais” (BAENINGER, 2011, p. 33), portanto “a análise dos movimentos migratórios, em anos recentes indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões” (BAENINGER, 2011, p. 34).

Apesar dos ciclos migratórios terem passado por rupturas e continuidades durante o processo de divisão do estado de Mato Grosso do Sul, há permanências na identidade e no perfil migratório da população que sempre busca no sul dos estados as oportunidades negadas em suas regiões de origem, além de absorverem a identidade sul-mato-grossense mesclando-a com suas raízes, o que é característica constante na história deste estado.

1.2 A ORDEM DO DISCURSO: DISPUTAS DE PODER

Por todo o percurso que as fontes historiográficas nos apresentam, é possível identificar diversos discursos em circulação os quais a todo momento exercem suas vontades de verdade em forma de pressão política para a então validação de seus saberes-poderes. Foucault ao discorrer sobre os procedimentos de exclusão do discurso, especificamente os internos ao discurso, apresenta o comentário e o autor, onde "o comentário limita o acaso do

discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu" (1996, p.29). Ou seja, por essa ótica, os discursos em circulação que antecedem a divisão do estado assumem por meio de repetição uma identidade libertária que traria benefícios para além daqueles que enunciavam o discurso, visando a adesão a esta vontade de verdade. Ao longo das justificativas e motivações de todo processo, é possível identificar estas práticas em ambos os discursos.

O historiador do estado de Mato Grosso do Sul, Paulo Roberto Cimó Queiroz chama a atenção para as motivações por trás do movimento divisionista e as possíveis vantagens que esta elite do estado enxergava diante desta ação

Parecem-me especialmente importantes tais referências, pelo fato de desautorizarem quaisquer tendências a se traçar a história do divisionismo como uma linha praticamente contínua, partindo de fins do século XIX, passando pelos gloriosos episódios da década de 1930 e culminando triunfalmente na divisão efetivada em 1977. É preciso, ao contrário, explicar a referida marginalização da tese divisionista, depois dos anos 30 – e essa explicação se encontra, a meu ver, no fato de a divisão ter sido sempre encarada pelos líderes sulistas, acima de tudo, como um objetivo tático, a serviço de uma estratégia mais importante e abrangente, isto é, a ascensão ao poder político. A questão principal era, efetivamente, a luta pelo poder, como, aliás, transparece já no momento do nascimento do ideal divisionista, em meio às lutas coronelistas de fins do século XIX e inícios do XX (QUEIROZ, 2006, p. 173).

Novamente, partindo dos pressupostos de Foucault, a disputa pelo poder é indissociável do acontecimento histórico, assim como a prática discursiva é parte da disputa pelo poder, uma vez que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (1996, p. 10), novamente nos levando as interdições internas como o comentário e a identidade que ele assume no discurso. Vale ressaltar que, para Foucault, as práticas

discursivas não são unicamente discursos verbais, no sentido de que o discurso se caracteriza como o único jeito de se exercer resistência.

No processo atravessado pelo estado de Mato Grosso do Sul podemos perceber que a todo momento existem vontades de verdade em disputa. E são os discursos que vão determinar as vontades de verdade daquele momento, o que Foucault designa acontecimento.

não é substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos, entretanto ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, ele é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato e nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (1996, p. 57-58).

Para a validação destes ‘acontecimentos discursivos’, Foucault elenca uma série de procedimentos que garantem à uma dada vontade de verdade a legitimidade - ou a aceitação - necessária para a sua sobreposição a qualquer outra, sendo que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos[...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (1996, p. 18), o que o autor vai chamar de “direito privilegiado”. Podemos tomar como exemplo destes acontecimentos discursivos trechos do manifesto da Liga Sul-mato-grossense, uma vez que, segundo Queiroz, “é nesses documentos que, segundo me parece, encontra-se um primeiro esboço de uma identidade especificamente sul-mato-grossense, como reação à identidade mato-grossense “oficial”.” (2006, p. 160). *A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon*, redigido em 1934 busca enfatizar as distinções entre norte e sul, na ambiciosa tentativa de ressaltar a diferença cultural, tradicional e até mesmo de superioridade, da região sul para com os “nortistas”⁸. Em alguns trechos encontramos assertivas que destacam a característica social da população sulista, onde

As famílias multiplicam-se aos milhares e compram terras ao Estado; organizam pomares; levantam moradas, igrejas, hospitais; substituem os ranchos por habitações higiênicas; abrem caminhos, armam telefones e

⁸ Termo utilizado de forma pejorativa pelos membros da Liga Sul-mato-grossense para se referir a população da região norte do estado, sempre enfatizando as origens gaúchas e da região sudeste da população da região sul do estado.

lançam pontes por toda parte. Fundam escolas. Fazem a sua civilização (A divisão..., 1934, p. 07)

Para além destas peculiaridades, também se exalta a riqueza e prosperidade da região sul, onde

As três populações estão em ambientes diversos, têm riquezas naturais diferentes, vivem de indústrias, agricultura, comércio, meios de transporte dissemelhantes, segue, cada uma, rumo próprio. [...]Entre o Sul e o Norte há a diversidade que se pode notar entre o Paraná e o Nordeste. Daí, a fixação de estrangeiros, no planalto de Maracaju, a sua perfeita adaptabilidade, traduzida na saúde e bem-estar. Matizam-lhe as culturas, frutos, árvores, cereais dos climas frios, como proliferam, sem quebra, os gados mais finos. (A divisão..., 1934, p. 26-27)

Em outros trechos destacam-se também as atividades industriais em desenvolvimento, a crescente da agricultura e pecuária que prosperam na região sul devido ao solo e ao clima, a facilidade de comunicação e transporte devido a forte presença da Ferrovia Noroeste do Brasil.⁹

Os documentos redigidos pela Liga Sul-mato-grossense tinham um claro e pontual objetivo: apontar as soberania da região sul diante das características consideradas negativas do estado de Mato Grosso. Discursos que buscavam sobrepor suas vontades de verdade diante da vontade de verdade vigente até então, através dos usos dos saberes. Neste sentido, Foucault ao definir os procedimentos de controle do discurso nos apresenta a doutrina, o que justifica os usos deste tipo de discurso para criar o sentimento de pertença e de legitimidade, uma vez que "A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam" (1996, p. 43). Ou seja, a doutrina conecta os indivíduos a certos tipos de enunciados ao mesmo tempo em que os restringe de outros; exatamente sobre o pertencer e o identificar como parte ativa deste

⁹ A estrada ferroviária Noroeste do Brasil parte de Bauru, e segue por todo o interior paulista, adentrando o Mato Grosso do Sul atravessando o rio Paraná, e findando-se na cidade de Corumbá, fronteira com a Bolívia. Durante a sua construção nos anos iniciais do século XX, a Noroeste do Brasil foi responsável por boa parte do crescimento demográfico do estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que seus trabalhadores acabavam por se instalar nas proximidades da linha férrea, onde muitas cidades, como Três Lagoas e Águas Claras, acabaram nascendo devido a esta movimentação.

mesmo discurso. Ela é manifestação e ferramenta seja ela de classe, nacionalidade, status, resistência, revolta, interesse e aceitação.

Desta forma é possível visualizar como a relação saber-poder é parte do discurso, assim como também é exercido por vários sujeitos, uma vez que os sujeitos sejam simultaneamente receptores e emissores de poder. É por meio do uso do saber que os discursos se constituem de forma a conquistarem poder, por isso a constante luta pela vontade de verdade. Não obstante ao cenário apresentado aprioristicamente, o objetivo final de todos os discursos em circulação é o poder; ou mantê-lo ou conquistá-lo. Por isso, o constante debate foi estabelecido no decorrer dos acontecimentos históricos onde a resistência se fazia presente dos dois lados desta história.

O controle exercido sobre uma maior área territorial garantia ao estado de Mato Grosso uma rotatividade econômica superior à de muitos estados, o que favorecia não apenas o âmbito econômico como também os interesses políticos. Enquanto que para o lado oposto a emancipação garantiria um crescimento acelerado e o controle do poder nas mãos daqueles que resistiam em suas vontades de verdade que, ao princípio da história, se encontravam em posição inferior, ascendendo em seus discursos somente quando juntamente a instituições - no caso os militares - que auxiliaram na legitimação de seus discursos, puderam finalmente se tornar a vontade de verdade em sobreposição, exercendo o poder por meio do saber dominante.

Capítulo II

O LUGAR DA HISTÓRIA E O CONCEITO DE CRISE DE IDENTIDADE: UM DEBATE ACERCA DA CONDUÇÃO DE MEMÓRIAS

“Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito - e a nossa, que só é história, vestígio e trilha.”

(Pierre Nora)

No capítulo anterior, realizamos uma análise sobre as fontes historiográficas acerca da história do estado buscando identificar quais eram as práticas que tornaram possível a emergência de um discurso e não de outro em determinado momento, o que para Foucault é a problemática central da arqueologia do saber¹⁰, sendo ela um conjunto das condições históricas de possibilidade. Para Foucault (2009), todas as práticas sociais fazem parte da construção da história.

Tendo isto em mente, analisamos os discursos em circulação que possibilitaram a concretização da divisão do estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e dos impactos sociais e econômicos que estes acontecimentos acarretaram. A partir de dado acontecimento, temos um estado novo, cuja população passará por uma ruptura - estrutural, política, geográfica - que agora faz parte de sua história. Diante de todas estas mudanças, é possível afirmar que o sentimento de identidade e pertença passam a ser uma incógnita para a

¹⁰ Arqueologia do Saber de Michel Foucault, publicada em 1969 inaugura a primeira de três fases do autor, onde o campo estudado é voltado para a episteme, cuja metodologia de análise é a formação discursiva. Como uma determinada episteme assume um lugar epistemológico a partir da formação de discursos na sociedade, sendo estes não necessariamente verbais.

população do estado? De que forma uma mudança inicialmente política pode afetar a ligação de um povo com os seus símbolos e tradições?

Neste capítulo, buscaremos por meio de discussões teóricas identificar a importância e relevância do sentimento de pertencimento e identificação de uma população para com as suas tradições, memórias e patrimônios, e de como os sul-mato-grossenses vivenciam uma crise de identidade devido aos acontecimentos recentes na história do estado. A análise do discurso proposta pela ótica foucaultiana norteará as discussões acerca do papel do estado nesta edificação da nova identidade. Seria a identidade construída ou espontânea? Segundo Foucault, as existências só são possíveis a partir da sobreposição de vontades de verdade predominantes, sendo que todo discurso é fruto de um outro reutilizado; atribuído de novos significados. Ou seja, a crise de identidade sul-mato-grossense é também um discurso de saber-poder. Além de debatermos o lugar da história diante de acontecimentos como este; sobre o papel da ciência no preservar e no ecoar destas histórias.

2.1 O LUGAR DA HISTÓRIA

Marc Bloch (2001) em *Apologia da História ou O ofício do Historiador* nos apresentou a história como a ciência dos homens no tempo, destacando a importância deste ofício confiado a nós historiadores, e nos ensina que não há uma verdade verdadeira na história. Cada ponto de vista é válido, e cabe ao historiador definir qual questão melhor desvendará a sua fonte, realizando o exercício de investigador, como aquilata a lógica histórica de E. P. Thompson, em que o tripé de investigação acerca da fonte emerge como método de análise. O investigado seria a fonte a ser explorada e interrogada. Assim, o papel do investigador é representado na figura do historiador; e a interrogação, a pergunta em questão, seriam as hipóteses e teorias levantadas pelo investigador, cabendo a ele nortear o seu olhar sobre a escolhida fonte.

Chartier também fala do reconhecer uma identidade social, a qual exhibe “uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (1991, p. 73).

Leandro Karnal e Flávia Tatsh (2009) pontuam a natureza da fonte na história e problematizam o status atribuído a ela, estabelecendo que o documento histórico não é um documento em si, mas sim um diálogo claro entre o presente e o passado, caracterizando toda

fonte histórica como um constructo constante, passível de alteração a partir do olhar do historiador.

Saliba ainda salienta, que “a busca pela verdade e autenticidade pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e de nossa cultura” (2009, p. 325), enfatizando a importância da pesquisa histórica para o homem em convivência com o seu meio social e com o seu tempo histórico, uma vez que o passado faz parte do mesmo e de toda a sua trajetória, assim como Benjamin (1991) descreve o processo de herança do passado até o presente momento, caracterizando a sua interpretação como fundamentada no materialismo dialético.

A operação historiográfica de Certeau, compreende a história a partir da relação que se estabelece entre o lugar e os procedimentos de análise do historiador, compreendendo assim a história enquanto produto de um lugar, de um tempo, da realidade da qual trata; aquilatando que só é válida a teoria que articula a prática.

Se a historiografia é um diálogo entre fontes e teoria, até que ponto uma suporta a outra? Apesar de todos estes historiadores partirem de abordagens próprias perante a ciência da história, é preciso entender que o lugar do historiador é a verdadeira chave para a pesquisa e abordagem da fonte, além de ditar também o próprio lugar da história. O que ambos demonstram é o limite da teoria. Até onde este teórico me permite entender este objeto? Para que essa questão seja respondida o lugar do historiador é crucial. A escrita apesar de metódica, depende de experiências e vivências do historiador, por isso o seu lugar social tem a possibilidade de limitar o seu olhar ou expandi-lo diante de dados objetos. Então, qual é o lugar do historiador diante de tempos de crise? Seu olhar e empatia, seu sentimento de pertencimento e conhecimento, suas ideologias e interesses é que ditaram os caminhos da pesquisa. Toda escrita histórica parte de um lugar social, assim como o seu cientista.

O lugar da história e o conceito de crise de identidade, de certa forma, são conceitos complementares. O historiador possui uma identidade própria, imbuída de suas experiências e preferências, e a pesquisa exige, sim, um nível de empatia e interesse pela fonte. Podemos chamar este processo de “conhecimento programado”. Como exemplo podemos tomar o caso de Todorov que escreveu sobre os índios mas simultaneamente sempre demonstrou grande preocupação para com os europeus, sua escrita não demonstra empatia para com o seu objeto direto, ou seja, seu conhecimento geopolítico era europeu ocidental.

Porém, isto não precisa ser visto como uma falha do historiador, afinal, todos partimos de um lugar e uma realidade social. Nenhuma experiência pode ser equiparada, portanto, cabe ao historiador explorar suas limitações e ampliações diante de certas fontes, buscando no método os alicerces para edificar sua ciência, afim de contribuir para o seu meio social e para os seus pares da academia.

O lugar da história passa a ser composto por fatores diversos e imperfeitos, uma vez que suas variáveis ofertam um infinito de possibilidades, entretanto não se pode perder de vista a responsabilidade da história para com ela própria. Os lugares existem, as memórias assombram as entrelinhas de cada narrativa, e a hipótese é uma constante. Exatamente como a assertiva de E.P. Thompson, a operação historiográfica assemelha-se ao ofício do detetive, composta sempre pela tríade investigado, investigador e investigação.

2.2 HARTOG, NORA E SEIXAS: LUGARES DE MEMÓRIA

A memória é parte de um processo muito maior, onde a partir das lembranças e do exercício de recordar, é capaz de unificar a história e a identidade de toda uma comunidade. Para o francês Maurice Halbwachs, ela é um fenômeno social. Segundo o autor, ninguém se recorda sozinho, uma vez que a memória é um produto da sociedade em que estamos inseridos. Apesar da existência da autonomia do ser humano em armazenar memórias individuais, - ao atribuírem um significado próprio para memórias coletivas - Halbwachs aponta para a assertiva de que a construção da memória em si não é um processo unicamente individual, no qual “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (2006, p. 36), uma vez que a memória também desempenha um papel social.

A partir destas concepções, em momentos diferentes, François Hartog, Pierre Nora e Jacy A. de Seixas pincelam sobre os lugares de memória, cada qual debatendo suas compreensões acerca da problemática dos lugares e da memória. E em certos pontos, suas assertivas debatem entre si.

Em 1978, apenas quatro anos após *Faire de l'Histoire*¹¹, Pierre Nora nos apresenta *La Nouvelle histoire*¹², onde temos as primeiras tímidas aparições do que mais tarde conheceríamos como “lugares de memória”. O autor se propõe a demonstrar que a memória também é detentora de uma história, e para fazê-lo é necessário a adoção de uma ferramenta heurística, o que se aponta como o “lugar de memória”.

Nora parte da abordagem diante do processo de aceleração da história, o qual resulta em uma acelerada oscilação de um passado desaparecido, “fala-se tanto de memória que ela não existe mais. [...]O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1984, p. 7); meios de memória esses que foram transpassados por novas formas de historicidade (as tradições, as etnias, os grupos familiares, etc). A aceleração é o fenômeno que nos distancia da memória verdadeira, social, intocada, guardada pelas então sociedades primitivas; e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado (a grande mudança, cientificação do processo ou massificação da história). Nora relaciona memória e história como sistemas distintos mas que habitam um mesmo universo:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há

¹¹ Pierre Nora juntamente com Jacques Le Goff, “inscreveu como pauta de atenções da historiografia uma densa reflexão sobre história-problema, novos objetos e novos métodos, com as provocações suscitadas pela publicação, em três volumes” (STEPHANOU, 2015, p. 7-8), *Faire de l'Histoire*.

¹² A nova história.

tantas memórias quanto grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1984, p. 09).

Hartog neste momento aquilata para a ótica dos lugares segundo Nora, onde a história é sempre simbólica - uma história de segundo grau - neste sentido, “os *lugares* usam uma concepção retórica da memória. O lugar do orador é sempre artifício. O mesmo vale para o lugar, segundo Nora, que jamais é simplesmente dado: ele é construído e reconstruído sem cessar” (HARTOG, 1993, p. 146). O que caracteriza o dado “lugar” é sua configuração enquanto cruzamento de diferentes caminhos de memória, além de sua particularidade de contínua mutação.

Do outro lado, Jacy Alves de Seixas ao abordar as ideias de Nora não deixa de pontuar a oposição entre memória e história - de certa forma radical - proposta pelo autor. Segundo ela, Nora traz uma afirmativa onde se torna improvável “operar-se uma distinção clara entre memória coletiva e memória histórica, pois a primeira passa necessariamente pela história, é filtrada por ela” (SEIXAS, 2001, p. 40).

Para Nora, a memória perante a história é sempre cabível de suspeita; e dada suspeita se dá devido ao “início de uma história da história, o despertar recente, na França, de uma consciência historiográfica” (NORA, 1984, p. 10). A partir destas concepções, sucede-se uma crítica a história singular, a visão de que a história representaria um todo, ou seria responsável pela história de um todo, quando na verdade a história dependia de lugares e personagens. A historiografia da revolução francesa, por exemplo, visava reconstituir seus mitos e interpretações, revitalizar essa história, o que significa diretamente que a identificação com a história até então contada havia se perdido, e sua herança não mais pertencia àqueles interlocutores. Desta forma, “[...]a história, que se tinha tornado tradição de memória, se fez, de maneira espetacular na França, saber da sociedade sobre si mesma” (NORA, 1984, p. 12).

O rompante da problemática dos lugares na história, onde se deixa de olhar unicamente para uma memória e passamos ao olhar sob uma história reconstituída, é marcada por ressignificações. Para Nora, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma

extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção” (NORA, 1984, p. 12). Seixas não deixa de apontar que Nora conclui por declarar que “tudo aquilo a que chamamos de memória,[...] já não o é, já é história” (SEIXAS, 2001, p. 41).

Nora aponta uma mudança, uma inversão na dinâmica da comemoração, uma vez que a tríade Memória, Identidade e Patrimônio caminham lado a lado, existem os rituais de comemoração e celebração para com estes elementos partes de uma história. A princípio, a celebração era religiosa, um rito tradicional quase metafísico, contudo, para Nora, a inversão ocorre a partir do momento em que esta celebração se caracteriza como um ritual patrimonial, dos lugares de memória e símbolos. Hartog ainda menciona que “uma memória (republicana) transmutada em história a uma história que hoje se viveria, seria lida e reapropriada por uns e por outros como memória, sob o estímulo do “dever de memória”. Os últimos dez ou quinze anos marcariam, então, a passagem da “nação histórica” à “nação memorial”” (HARTOG, 1993, p. 148).

Os lugares de memória rendem inúmeros debates entre os teóricos da história e da historiografia, mas o que não se pode negligenciar é o protagonismo que ele concede aos instrumentos cognitivos que surgem de forma (in)consciente e sem alarde no papel de memória(s). O lugar ressurge pelo fenômeno histórico cobrindo os espaços em branco deixados pelo esquecimento, “o investigador não visa mais atingir o impensado do lugar, mas sobretudo reconstituir aquilo que o tornou pensável.” (HARTOG, 1993, p 152). Portanto, se podemos partir de lugares de memória para um história de um todo, os patrimônios (naturais, históricos, culturais) auxiliam nesta narrativa que busca entender o presente ao olhar parte do passado, sem negligenciar ambos. São lugares de memória que, como Nora enxerga, já não fazem parte da memória, mas sim da história.

2.3 A IDENTIDADE E SEUS PILARES

Antes de pensarmos no que seria esta crise de identidade, devemos estabelecer de qual identidade estamos tratando; e perante quais autores. Quando pensamos em identidade, nos voltamos quase naturalmente para as peculiaridades de cada região, desde sotaques, culinária local, monumentos históricos, até mesmo os costumes de sua população. Cada estado é um emaranhado de histórias e tradições que são parte da memória coletiva de sua população,

transparecendo a essência de sua cultura e identidade. Sobre a identidade local, Leite (2008, p. 146) afirma que:

inúmeras manifestações de caráter popular possuem raízes profundas na História de uma sociedade e, ao longo do tempo, permanecem como componentes identitários, recebendo novas contribuições que proporcionam mudanças em suas práticas e, principalmente, conferindo novos sentidos e significados à(s) manifestação(ões) culturais.

Ou seja, as raízes de uma cultura permeiam a história do lugar, ao buscar manter a tradição e costume na memória de sua população, mas não obstante às mudanças nestas práticas pode-se construir novos significados, ao contribuir na manutenção destas manifestações culturais populares, enfatizando a presença da identidade e fazendo com que a população se sinta protagonista desta história.

E seguindo esta mesma premissa, no processo de valorização da memória coletiva, os patrimônios se configuram legitimadores da rememoração e valorização do passado. E constituem-se como elementos que agregam a política o que deve ser lembrado. Para Dias:

uma das características mais relevantes do patrimônio é ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade. Esse fator é um elemento social de grande caráter subjetivo e, como tal, esteve – e está – exposto a importantes manipulações em função de determinados interesses, de fundo político ou ideológico, para justificar alguns fatos históricos, reclamar territórios ou explicar teorias de fundo nacionalista, entre outras. (2006, p. 73)

A preservação da memória é essencial para a valorização da identidade e da cidadania, pois segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades de seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. Neste sentido, alguns elementos históricos são

definidos como primordiais para a história regional, construindo referenciais para uma memória coletiva, a qual não é “somente uma conquista, como também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1990).

Entre os gatilhos de memória e os autenticadores de identidade, temos também os patrimônios (históricos, culturais, naturais). A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de *pater* – pai. Machado (2004) também nos remete ao conceito de patrimônio enquanto conjunto de bens pertencentes ao *pater*, no sentido de herança, legado, ou seja, aquilo que o pai deixa para os filhos. Neste sentido, os monumentos, são conjuntos arquitetônicos e lugares notáveis que compõem o legado da sociedade chamado patrimônio cultural. François Hartog vai chamar atenção para a transformação da palavra patrimônio, ao ponto de que patrimônio passa a ser mais visto como aquilo que compõe uma identidade e cada vez menos como um bem de posse.

Horta destaca a definição de Sítio ou Monumento Histórico, como “fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificações ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós” (1999. p.17).

Ainda na análise sobre patrimônio cultural, Gonçalves afirma que:

os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’, que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. (GONÇALVES, 2002, p. 121-122)

A abordagem sobre o patrimônio cultural reflete também o que os grupos sociais definem como representantes das identidades de cada região, de cada grupo, de construções subjetivas que estão ao alcance de todos/as no espaço público. Além disso, o uso das

abordagens com patrimônio cultural relaciona-se com a memória social e coletiva e também com a história local.

Assim, relacionar história e memória são elementos presentes nesta análise, pois como afirma Jacques Le Goff (1994, p 477) a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens. Logo, no processo de análise e valorização dos patrimônios, recorre-se à memória e histórias dos sujeitos locais, para compreender os processos de identificação e significação que são relacionados ao patrimônio.

Michael Pollak, afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, pois ela é um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Essa reconstrução pode ser apresentada na relação dos sujeitos com o local onde vivem.

Pensando na memória e no seu importante papel na preservação da história e cultura de determinada população ou determinado lugar; a forma como esta se manifesta dá-se por meio da oralidade e da narrativa. A narrativa seria aqui um elemento constitutivo da ação, como um processo de reconstrução pessoal e de reconstrução da cultura, através da palavra e do diálogo com a memória individual, social e coletiva. Reconstrução que se assemelha à modelagem:

a narrativa ao mergulhar na vida do narrador, modela imagens na memória, como a mão do oleiro modela a argila do vaso; o narrador é um guardião da memória coletiva da sociedade (sem escrita e/ou, como a nossa, com e sem escrita), que com contos e histórias traz para o cotidiano nosso passado ancestral (PÉREZ, 2003, p. 23).

Neste sentido, a valorização das narrativas evidencia a real importância da recuperação destas memórias, por meio do trabalho com a história oral, momento em que buscamos no saber popular a história até então não contada, como pontua Sharpe (1992), ao afirmar ser fundamental buscar a história de pessoas comuns que podem não ter recebido o título de protagonistas até então, mas que são parte essencial para a história dos lugares, trazendo nas suas peculiaridades as características da cultura e história local, ao evidenciarem assim a sua identidade regional.

Neste caso, o sentimento de pertencimento no cotidiano, reflete-se na história local através dos usos da memória e, os patrimônios têm diferentes representações para cada sujeito, os quais nas subjetividades enfocam a valorização da história e memória, seja ela macro ou micro; coletiva ou individual.

Le Goff (1990) destaca ainda a importância do papel da memória e da narrativa nas diferentes sociedades, já que esta pode atuar em diversas esferas sociais, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, na legitimação de um determinado poder, tradição ou identidade. Desta maneira, com o patrimônio histórico cultural pode-se trabalhar as diferentes memórias – individual, coletiva e selecionada – através das narrativas, em um processo em que a “história é vista como uma memória social”, como pontua Peter Burke (1992), lembrando também do lugar social, em que toda pesquisa histórica parte de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (CERTEAU, 2000).

A crise de identidade vivenciada pela população do estado de Mato Grosso do Sul ocorre a partir do momento em que o sentimento de pertencimento a um lugar se dissipa ao se concretizar a divisão estatal em 1979. Por um momento as raízes daquelas histórias, estórias, e tradições aparentaram não existirem mais, e os anseios pelo futuro próximo eram constantes. No período logo após a divisão, é registrado um grande número de migrações internas entre os estados. O Mato Grosso já era um estado consolidado, enquanto o Mato Grosso do Sul era a promessa de um novo lar cheio de oportunidades.

2.4 CRISE DE IDENTIDADE: CONSTRUÍDA OU ESPONTÂNEA?

Para realizar esta discussão é preciso que a priori seja estabelecido de qual concepção de crise de identidade falamos e quais autores colaboram com esta premissa. O autor Stuart Hall (2006) ao discorrer sobre identidade, considerou em seus apontamentos a existência de uma crise de identidade, onde investigou os possíveis caminhos que levaram a esta crise. Ele apresenta três concepções de identidade, resumindo-se elas no sujeito do iluminismo; o sujeito sociológico, e o sujeito pós-moderno; sendo este último apontado como um sujeito sem identidade fixa estando em constante construção e mutação.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no

momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre sendo formada. (HALL, 2006, p. 38)

Neste sentido, Hall aponta o caráter efêmero da sociedade pós-moderna, em conta de suas constantes instabilidades e mudanças repentinas, como algo que afeta diretamente os processos contemporâneos de constituição de identidades culturais. Os autores Poletto e Kreutz, ao analisarem os escritos de Hall sobre a identidade, concluem que “ao passo que a sociedade moderna se torna mais complexa, coletiva e social, em função das transformações em nível econômico e político, o ser humano também modifica sua identidade, passando a ser visto mais como um ser ‘definido’ no interior dessas novas estruturas de sociedade.” (2014, p. 200).

Outro autor que corrobora com esta mesma premissa da identidade enquanto uma construção constante e de longo prazo, é José Manuel de Oliveira Mendes (2002). Em adição as afirmações de Hall, Mendes ainda destaca a característica discursiva da identidade, apontando que “constroem-se no e pelo discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formações práticas e discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas” (2002, p. 522). Além de afirmar que as identidades se originam - tanto dentro quanto a partir - dos “acidentes, as fricções, os erros, o caos”, nessa conformidade “o indivíduo forma a sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização” (2002, p. 505).

Ou seja, a definição de Mendes vista pelo óculos foucaultiano se apresenta muito coerente diante da ordem dos discursos, constatando a identidade enquanto um processo de construção ligado aos discursos em circulação e, de certa forma, a mercê dos saberes-poderes que os mesmo exerce. O autor ainda afirma que

[...] a identidade é um conceito crucial, porque funciona como articulador, como ponto de ligação entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos, falar-nos ou colocar-nos no nosso lugar enquanto sujeitos sociais de discursos particulares, por um lado, e, por outro, os processos que produzem a subjetividade, que nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados. (2002, p. 503)

Pensando desta forma, até que ponto é possível afirmar que a identidade é fundada de forma espontânea, edificada apenas nos símbolos e tradições de cada comunidade? Ou seria ela parte de um processo maior, onde o estado e as instituições de poder fabricam discursos que direcionam estas identidades de forma específica?

Para adentrarmos neste ponto da discussão, é interessante a abordagem do historiador marxista Eric Hobsbawm em *A invenção das tradições*, de 1997. A autor explica que existem dois tipos de tradições, os quais ele distingue em tradição genuína e tradição inventada. Para ele a genuína é aquela cuja gênese não se pode encontrar, uma vez que “que surgiram e que se tornam difíceis de localizar num período limitado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez” (1997, p. 9). Enquanto que a tradição inventada parte de um discurso. Ela é baseada em regras e conta com a repetição para a sua melhor absorção. Através dessas estratégias, a tradição inventada pode garantir uma linha de continuidade com o passado, desta forma, se estabelecendo nos discursos.

Hobsbawm por vezes salienta que as tradições genuínas tem maior força, uma vez que não se há necessidade de inventar tradições quando os ‘velhos’ modos se prolongam na história. Sendo assim, a exiguidade de se inventar tradições surge a partir do momento em que as tradições genuínas se encontram em deterioração, pois “as tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’ e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional...” (1997, p. 22).

Ao debater sobre o conceito de Hobsbawm, o autor Edward Said (2000) aponta que as tradições inventadas aparentam uma verdade, mas carregam em si a característica de serem construções sobre algo que pode contradizer a própria verdade. E esta invenção pode ser intencional ou não; tal invenção é reflexo de um novo contexto histórico. Segundo o autor, “a method for using collective memory selectively by manipulating certain bits of the national past, suppressing others, elevating still others in an entirely functional way. Thus memory is not necessarily authentic, but rather useful” (2000, p. 179)¹³.

Novamente nos deparamos com uma prática que parte dos discursos, e que de certa forma, depende do grau de credibilidade daqueles que enunciam tal discurso para que possam se efetivar de maneira ‘inconsciente’ e coletiva. Sobre esta questão, Foucault mesmo salientou

¹³ “Um método para usar seletivamente memórias coletivas, manipulando certas partes do passado nacional, suprimindo outros, ainda elevando outros de uma forma totalmente funcional. Esta memória não é necessariamente autêntica, mas sim útil” (tradução minha)

sobre os procedimentos que legitimam e conduzem o funcionamento do discurso e seus sujeitos. Ao descrever o ritual da palavra, o autor aponta as restrições cabíveis ao sujeito que enuncia, uma vez que há papéis pré-estabelecidos. Eles definem as regras e também determinam a 'qualificação' daqueles que falam, uma vez que nem todo discurso pode ser enunciado por qualquer sujeito, o que determina o grau de credibilidade. Ou seja, "os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção" (1996, p. 39).

Partindo, portanto, de todas estas concepções descritas acima, é possível vestir este mesmo óculos teórico ao se analisar a crise de identidade do estado de Mato Grosso do Sul. Ela surge de um acontecimento discursivo, de uma vontade de verdade em predominância; a divisão do estado. A partir de então o próprio governo do estado - as instituições de saber-poder detentoras dos discursos oficiais - passam a reproduzir um discurso que valoriza a supremacia sulista diante do norte, e voltam suas atenções para a invenção de novas tradições e novas identidades para esta população.

Aquilatando que tratamos aqui de uma população extremamente plural uma vez que, como vimos no capítulo anterior, o estado de Mato Grosso do Sul é constituído de imigrantes das mais diversas regiões do país; além da sua vasta população de comunidades indígenas das mais diversas etnias. Ou seja, há um misto de culturas e tradições, sendo leviano tratar como um estado de identidade singular. Talvez por tal razão, a urgência de se inventar novas tradições foi uma das ansiedades das autoridades. O pantanal emerge neste cenário como um grande símbolo, um patrimônio natural capaz de unificar as mais diversas identidades encontradas no estado.

Capítulo III

PANTANAL: A MAIOR PLANÍCIE ALAGADA DO MUNDO

Esta paisagem evanescente, com rios, baías e ilhas que um dia existem, porém que alguns meses mais tarde desaparecem

(Maria de Fátima Costa)

A discussão se estende a compreensão do Pantanal como um patrimônio natural gerador de uma identidade a partir de toda a sua extensão cultural, histórica, tradicional, turística e ambiental. Sem perder de vista a discussão acerca das identidade fabricadas por um discurso de saber-poder em oposição a construção de memórias coletivas geradoras de uma identidade regional.

Juntamente com trabalhos da Geografia que auxiliam na compreensão da composição e formação do Pantanal, o que de certa forma compõem um texto mais técnico devido os termos da geografia física; como os trabalhos do geógrafo e sociólogo Arnaldo Yoso Sakamoto, e dos geógrafos Gradella, Decco e Ferreira; este capítulo buscará destacar as particularidades do bioma Pantanal, aquilatando suas especificidades e contraposições diante de outros biomas nacionais. Além dos principais elementos que o tornam um patrimônio natural do estado de Mato Grosso do Sul.

Pretende-se abordar como estas características singulares de um bioma de extrema complexidade ambiental como o Pantanal, contribuem para que o mesmo se solidifique como um patrimônio substancial na composição da identidade do estado de Mato Grosso do Sul, colocando em debate as relações entre natureza e identidade. Além de se buscar entender até que ponto esta identidade do pantanal enquanto patrimônio do estado foi moldada e absorvida pela sua população.

As relações entre natureza e identidade serão debatidas a partir do trabalho de pesquisadores como Arruda, Fernandes e Duarte, os quais partem do óculos teórico composto pela História Ambiental e abordam estas discussões acerca da relação do homem com e sobre

a natureza através da história, tornando a natureza um elemento gerador de identidade. Não deixando de perder de vista a proposta já estabelecida por esta dissertação em se analisar os discursos de saber-poder que possibilitam que tais vontades de verdade se sobreponham na sociedade.

3.1 O PANTANAL: HISTÓRIA E FORMAÇÃO

Para podermos ter a dimensão da riqueza natural que o Pantanal de Mato Grosso do Sul detém, além da sua formação geológica, sua história e suas principais particularidades, neste tópico teremos o auxílio de trabalhos produzidos por pesquisadores da Geografia, os quais abordam as características físicas e da paisagem do Pantanal.

O Pantanal é um bioma de característica de savana, com uma grande área alagada. Ele se estende por 195.000 km² - sendo 64% de seu território total localizado no estado de Mato Grosso do Sul - e seu território é dividido por três países da América do Sul; Brasil, Paraguai e Bolívia (onde é denominado de chaco boliviano); sendo sua maior área localizada em solo brasileiro. Segundo Fernandes, “trata-se de vasta depressão, originada por processos tectônicos complexos pós-Eoceno¹⁴, [...]suas bordas, delimitadas por escarpas a leste e montanhas ao norte, oeste e sul, apresentam formações pré-cambriano, do Paleozóico e do Mesozóico¹⁵” (2007, p. 23).

O geógrafo Frederico Gradella explica que

O Pantanal é uma região deprimida e plana que sofre inundações periódicas anuais causadas pelo fraco gradiente topográfico e pela capacidade limitada de escoamento das águas pelos canais fluviais durante e após o período que se concentram as chuvas (novembro a maio). A planície pantaneira está localizada no interior da Bacia do Alto Paraguai, que tem, portanto, como rio tronco o Paraguai. Como é uma bacia sedimentar, o Pantanal apresenta seu

¹⁴ O período do Eoceno, datado de 56 milhões a 34 milhões de anos atrás, é marcado pelas primeiras grandes movimentações continentais e pela drástica mudança de temperatura na terra. Segundo os pesquisadores McInerney e Wing (2011), a terra tornou-se um ambiente tão quente que nem mesmo nos polos havia sinal de gelo. As zonas climáticas se modificaram de tal forma, que aquilo que não se adaptou acabou extinto.

¹⁵ Paleozóico e Mesozóico são nomenclaturas atribuídas as eras geológicas da terra. A era paleozóica refere-se ao período de 540 milhões a 250 milhões de anos atrás, onde os continentes ainda encontravam-se unidos na em um único continuum de terras, a Pangéia. Já o Mesozóico, datado de 250 milhões a 65,5 milhões de anos atrás, é registrado como o período em que os primeiros mamíferos surgem e passam a dividir os espaços com os dinossauros (MCINERNEY; WING, 2011).

relevo formado por diversos sistemas deposicionais, como os leques fluviais e as planícies de inundação. (2012, p. 08).

O geógrafo e sociólogo Arnaldo Sakamoto (1997) foi um dos pioneiros em analisar as paisagens do Pantanal, e segundo ele, devido a estas características de abundante dinâmica hídrica, o território do pantanal torna-se um “criatório natural” com grandes extensões de pastos naturais, o que valoriza a propriedade, porém, é importante lembrar que estas áreas não estão dispostas em um continuum de terras agrupadas. Elas estão distribuídas em campos permeados por lagoas e cordilheiras, cuja vegetação de cerrado causam importantes rupturas nos campos de pastagem.



Imagem I: Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (MS/MT)¹⁶

Diante destas características, o Pantanal é reconhecido mundialmente como a maior e mais complexa zona úmida de água doce contínua do mundo, e “os pantanais mato-grossenses podem ser considerados como uma região cuja paisagem adquire várias fisionomias de acordo com os períodos de águas baixas ou águas altas” (FERNANDES, , p. 23). Os pesquisadores explicam que devido a essas lagoas naturais espalhadas e as zonas de planície entre elas, no período de chuvas, estas áreas se tornam uma só por um determinado período, e que as

¹⁶ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/40>>.

mesmas variam de um ano para o outro, o que não garante uma constante das lagoas. Portanto, as águas chegam ao Pantanal em um volume muito maior do que a capacidade de escoamento do terreno, o que origina e perpetua as inundações.

Outra característica do bioma do pantanal são as altas temperaturas e suas variações. Segundo Fernandes, “as mínimas absolutas de temperaturas ocorrem a partir de abril até setembro e são comuns os resfriamentos abaixo dos 10°C e as máximas absolutas ultrapassam os 40°C e coincidem com os meses de setembro a novembro, coincidindo com o nível mínimo de inundação do rio Paraguai, na planície pantaneira” (2007, p. 33-34).

Além das particularidades físicas do Pantanal, o mesmo também é reconhecido pela rica fauna e flora. Com aproximadamente 650 espécies de aves, tem como hospedeiro uma das mais conhecidas do território brasileiro, a Arara-Azul, uma espécie ameaçada de extinção. A ave símbolo do Pantanal é o Tuiuiú, que em pleno vôo chega a atingir até 3 metros de envergadura. Os répteis também são grande parte de sua população, sendo os principais o jacaré do pantanal e a cobra sucuri, que pode chegar a 4 metros de comprimento. A capivara e a onça-pintada são os principais entre as mais de 124 espécies de mamíferos.

Já a vegetação pantaneira é considerada um verdadeiro mosaico dos biomas brasileiro, podendo-se encontrar características da floresta amazônica, cerrado, caatinga, mata atlântica e do chaco. Não se pode afirmar que há um padrão na paisagem, uma vez que as oscilações de temperatura e umidade exercem grande influência na vegetação pantaneira. Enquanto que na pós-cheia dos rios os campos exibem um exuberante verde, durante os períodos da seca a paisagem se torna mais opaca.

Para Mendes (1968), é devido a estas oscilações constantes que tantos biomas diferentes coabitam o Pantanal e prosperam cada qual em suas particularidades, evidenciando desta forma o quão auspicioso e ímpar é este patrimônio natural.

3.2 PANTANAL E OS DISCURSOS

Muitos discursos e tradições advindas de eras e sociedades passadas fazem parte da história do Pantanal assim como também o definem. A cultura dos peões e dos donos de fazenda, dos grupos indígenas e dos viajantes, e até mesmo a visão dos que observam de fora; todos esses diferentes olhares e discursos ao longo dos tempos moldaram este patrimônio como temos conhecimento hoje.

No ano de 1990 o Pantanal ganha um novo olhar da sociedade, quando a emissora televisiva, hoje extinta, Rede Manchete levou ao ar a telenovela Pantanal, considerada uma das novelas mais marcantes da história da tv brasileira, desbancando até mesmo a líder de audiência, Rede Globo. A historiadora Luciana R. F. Klanovicz aponta que um dos motivos para tal proeza seria o cenário das locações, em contraposição a Globo que “sistematicamente utilizava como cenário as ruas do Rio de Janeiro ou de São Paulo, ou ainda cenários fabricados de lugarejos do interior” (2010, p. 152), o Pantanal se destacava pelas exuberantes paisagens naturais do Pantanal sul-mato-grossense, que até então eram pouco conhecidas pela população das outras regiões brasileiras.



Imagem II: Logomarca da novela Pantanal em sua reexibição na emissora SBT em 2008.¹⁷

A novela foi realmente um marco para o estado e sua relação para com o próprio patrimônio natural. Ela gerou na população um certo orgulho e também deu um novo panorama perante as possibilidades que aquele lugar produzia para o estado. O turismo foi inflado e cada vez mais se apostava nas belezas naturais e na riqueza cultural e tradicional do Pantanal como o maior símbolo do estado de MS. Além da exibição original em 1990, a novela Pantanal já foi reprisada mais duas vezes. Em 1998 ainda pela Rede Manchete; e mais recentemente pela emissora SBT em 2008; sendo uma líder de audiência em ambas as vezes.

Por muito tempo o Pantanal foi considerado um lugar de passagem, Maria de Fátima Costa (1999) até o intitulou de “país inexistente”, sendo um lugar entre outros lugares; um caminho e não um destino. Este discurso faz parte da construção identitária e do imaginário daqueles que passavam e daqueles que viviam naquele local. A visão de fora, muitas vezes era caracterizada pela curiosidade diante do novo e do diferente, e buscava em referências formas

¹⁷ Disponível em: <<http://falidaspalavras.blogspot.com/2009/01/at-logo-pantanal.html>>.

de descrever aquele lugar, onde o Pantanal foi chamado de paraíso muitas vezes pelos viajantes e estrangeiros que por ali passavam.

Hoje se chama a região em estudo genericamente de Pantanal. No entanto, a imensa planície inundável foi, durante muito tempo, espaço privilegiado para sonhos concebidos sobre uma realidade desconhecida. Durante séculos, foi descrita em textos e representada em mapas como a fabulosa Laguna de los Xarayes, lugar de onde vertiam as águas do grande rio Paraguai. Este mito geográfico sobreviveu até meados do século XVIII. Durante este tempo, Xarayes foi uma imagem constante nos relatos e mapas europeus. Esta lagoa, ou lago, transformou-se na representação mais significativa da bacia do Alto Rio Paraguai naqueles séculos, e a figuração mais recorrente das projeções encantadas criadas a partir dos primeiros narradores: um lugar fabulosamente imaginado, criado e representado (COSTA, 1999, p. 131).

Já no discurso local, dos homens e mulheres pantaneiros, prevalece a cultura da oralidade e da memória, do modo de vida simples e ditado pelo nascer e se pôr do sol, “a memória para a cultura do peão pantaneiro é extremamente importante, porque a cultura do Pantanal é uma cultura oral” (BIGATÃO, 2010, p. 41). Portanto, a visão do grande patrimônio para o peão pantaneiro é inexistente, uma vez que para ele o que define aquele lugar parte das vivências e das histórias daqueles que vieram antes dele. O modo de vida simples e ditado pelo ritmo do gado é o que lhe é conhecido e doravante é o que lhe define. O discurso do patrimônio aqui não se faz onipresente, mesmo sendo valorizado como tal.

O governo do estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, se apropria desse discurso de patrimônio natural do estado e desenvolve fortes campanhas que incentivam o turismo na região alagada. E esta cultura é instaurada desde os anos iniciais do novo estado, quando em maio de 1979, concomitantemente a divisão alcançar a sua conclusão, é publicado em diário oficial da união a criação da Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, a qual mais adiante, em 2001, recebe o nome pelo qual é denominada atualmente, a Fundtur-MS, a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. A principal proposta da agência sempre se pautou em um turismo responsável para com a preservação e manutenção do patrimônio natural do estado, buscando destacar a sua singularidade perante as outras regiões do país.

Uma das regiões mais exploradas em turismo do complexo do Pantanal no estado de Mato Grosso do Sul, é o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, localizada entre os municípios de Bonito, Jardim, e Bodoquena. A cidade de Bonito, o principal destino dos turistas, é considerada uma das cidades mais bonitas do Brasil e também é um polo do ecoturismo. Existe um conjunto de ONGs e empresas, juntamente com políticas estatais, que são voltadas ao turismo sustentável e de mínima interferência na natureza, o que de certa forma, se torna também um atrativo para aqueles que tem preferência por esse tipo de turismo. Conhecido por suas águas cristalinas, por suas grutas e cachoeiras, e pela rica fauna e flora, Bonito atrai turistas o ano todo e é o principal cartão postal do estado.



Imagem III: Um dos passeios mais procurados em Bonito é o mergulho em suas águas cristalinas.¹⁸

Mais recentemente, no ano de 2017¹⁹, o governo do estado juntamente com a Fundtur-MS, lançou uma campanha de turismo intitulada *Visit MS - Você no seu melhor estado*, a qual teve seu lançamento feito em uma feira internacional de turismo, sendo divulgada em vários idiomas. O discurso perante campanhas como esta tendem a se repetir,

¹⁸ Disponível em:

<<https://ecoturismoombonito.wordpress.com/2014/03/04/bonitoms-simplesmente-deslumbrante/>>.

¹⁹ No ano de 2017 o governo do estado de Mato Grosso do Sul estava celebrando os seus 40 anos de existência desde a divisão do(s) estado(s) em 1977, e durante todo o ano foram inúmeras as campanhas voltadas para a comemoração deste fato histórico.

visando sempre a valorização da cultura pantaneira juntamente com as suas particularidades naturais diante de outros destinos que possam ser explorados pelos “amantes da natureza”.



Imagem IV: Campanha publicitária de incentivo ao turismo lançada pelo estado em 2017.²⁰

3.3 PATRIMÔNIO NATURAL E ELEMENTO IDENTITÁRIO: AS RELAÇÕES ENTRE NATUREZA E IDENTIDADE

As preocupações com a questão ambiental em um âmbito mais geral da sociedade são páginas recentes da nossa história. O que até então era uma preocupação apenas de uma específica parte da população, composta por ambientalistas e “amantes da natureza”, a partir da segunda metade do século XX, expande-se para o restante da população global, e palavras como sustentabilidade e preservação ganham um novo significado no vocabulário diplomático. Nos Estados Unidos da América, em 1977, a fundação da Sociedade Americana de História Ambiental é o pontapé inicial de um diálogo acerca da Environmental History, ou seja, os historiadores passam a se debruçar sobre as relações do homem com a natureza através dos tempos, e principalmente, sobre o seu tempo presente.

Porém, a autora Regina Horta Duarte (2005) aquilata para que não cometamos a leviandade de afirmar que as relações do homem com a natureza nunca foram observadas antes, citando inclusive autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e João Capistrano de Abreu; mas que “certamente nunca houve uma preocupação tão grande em

²⁰ Disponível em: <<http://guilhermekdg.blogspot.com/2017/05/visit-ms-fundacao-de-turismo.html>>.

sistematizar e estabelecer métodos de pesquisa e análise da questão, como tem sido feito nas últimas décadas” (2005, p. 72).

O historiador Gilmar Arruda aponta que as concepções acerca do “uso da natureza para definição e afirmação da singularidade de um determinado território foi recorrente nas origens dos estados nacionais modernos” (2006, p. 119), o que de certa forma justifica esta urgência das instituições em determinar patrimônios naturais para que emergjam como símbolos de identidade de determinados grupos.

Existem alguns critérios delimitados para determinar os patrimônios de um país ou mesmo da humanidade, sejam eles históricos, culturais, naturais, materiais e imateriais. Critérios estes criados pelas instituições detentoras dos discursos “oficiais”, cuja enunciação é detentora de um saber-poder exercido sobre os sujeitos. Para Foucault, o autor deste discurso é visto "como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência" (1996, p. 26).

Em 22 de setembro de 1988, foi aprovado na Assembléia Nacional Constituinte o texto da atual Constituição Federal do Brasil. Em um dos muitos artigos redigidos, o 216º definiria quais os critérios para a designação de patrimônios nacionais.

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Ao portar referências de identidade, “a biodiversidade de um determinado território circunscrito torna-se suporte para a defesa da soberania e da identidade do espaço da nação” (ARRUDA, 2006, p. 119), justificando a dada importância aferida aos patrimônios naturais, uma vez que o ambiente faz parte do constructo identitário de um grupo.

O crescente debate sobre a relação homem e natureza, no ano de 2000, levou a UNESCO a conceder ao Pantanal o título de Patrimônio da Humanidade, o qual nas últimas

décadas encontra-se “ameaçado pelo turismo, pesca predatória, garimpagem sem controle, expansão da agricultura e pecuária, com intenso uso de defensivos agrícolas e agrotóxicos, poluição urbana e falta de tratamento de esgotos municipais” (SAKAMOTO; BACANI; GRADELLA; FERREIRA; DECCO, 2016, p. 829).

Ao se pensar no conjunto de significados que a natureza atribui no pensar sobre uma identidade projetada a partir dos discursos enunciados, podemos nos voltar para as concepções de Worster, onde “a ‘natureza’ não é uma idéia, mas muitas idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, freqüentemente da forma menos sistemática possível” (1991, p. 199). O Pantanal como patrimônio reúne - além das características do bioma, que o identifica como patrimônio natural - tradições e representações de sua população os quais são elementos definidores de identidade, uma vez que, segundo Thomas, “é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais, daquilo que elas pensavam sobre si mesmas” (1988, p. 19).

Ou seja, a natureza é detentora e geradora de identidade, e “a noção moderna de patrimônio incluiu também, [...]a idéia de um patrimônio natural, inclusive o arqueológico e paleontológico” (ARRUDA, 2006, p. 123). A partir dessas assertivas, Arruda ainda discorre acerca das preocupações e das ‘burocracias’ frente as definições de um patrimônio natural

A crítica à idéia de um monumento histórico dependente da avaliação de uma “história oficial”, que estabeleceria quais monumentos ou edificações deveriam ser “preservados” em nome da tradição, levou à ampliação da própria noção de patrimônio. Incorporou-se assim as arquiteturas vernaculares, o fazer do homem comum e as tradições populares. Mas agora, com a incorporação do “ambiente” e também, como indica a Constituição Brasileira, do arqueológico e do paleontológico, volta-se a depender do saber científico especializado na definição do que é patrimônio, isto é, o que deve ser preservado para o futuro como demonstração, prova, memória ou identidade do “nosso” passado em comum. (2006, p. 123)

Arruda trabalha a ideia de que um patrimônio natural também pertence a uma temporalidade que transcende o tempo histórico do presente, levando ele a um patamar de não apenas herança ambiental e de biodiversidade, mas também de herança tradicional e identitária. A existência de um patrimônio natural de tais magnitudes, exerce uma função

essencial na construção das identidades, uma vez que a natureza assume representações e significações que são geradoras de identidade.

Se voltarmos às concepções de Stuart Hall discutidas em capítulos anteriores, em que o autor destaca a identidade como um produto de conflitos, de constante mutação e influenciada pelos discursos da sociedade; podemos questionar quais as significações veladas diante dos critérios utilizados por aqueles detentores do discurso sobre a escolha de um espaço ambiental como patrimônio natural. A partir das bases teóricas que cerceiam esta pesquisa, já podemos constatar que os discursos enunciados por instituições detentoras de saber-poder não contêm uma visão platônica acerca de seus enunciados, portanto, esta determinação de patrimônios, de certa forma, é uma escolha de viés político, e não uma constatação espontânea.

Pesquisadores da Geografia física, a ciência que tecnicamente seria responsável por definir e avaliar os critérios capazes de determinar se um espaço bio-diverso pode ser classificado como um patrimônio ambiental, admitem que as neutralidades são pouco prováveis, uma vez que os próprios processos científicos são intrínsecos aos conflitos determinantes de identidades e representações dos mais distintos grupos da sociedade. Ao se estudar a paisagem, área bastante explorada na geografia, é sempre colocado em perspectiva a interferência da ‘marca-humana’ em um ambiente natural.

A paisagem seria a representação mental de um espaço real cujo conteúdo é, por excelência, diversificado. A singularidade físico-natural incontestável dos elementos que constituem o espaço real assume – até mesmo em seus estudos de classificação climática, geobotânica, morfológica, entre outros – leituras e interpretações diversificadas de seu conjunto. A maneira como se organizam os elementos percebidos e estudados, a ênfase dada a alguns elementos sobre outros, o destaque a determinados cortes espaciais, temporais, sua dinâmica etc., implicam opções e a construção de critérios seletivos que revelam a subjetividade, o caráter qualitativo, a marca humana. (ESCURET, 1998, p. 13).

Portanto, essa natureza detentora de discursos e de significações - não só partindo dos discursos das instituições, mas também dos discursos enunciados pelos sujeitos em suas individualidades e ressignificações diante das concepções para cada grupo da sociedade - é

elemento gerador de identidade, desde o seu tempo até histórias e estórias advindas de temporalidades passadas. Um patrimônio natural, preservado por sua singular característica física-ambiental, mas que conjuntamente a estes elementos, apresenta particulares representações e tradições relacionadas a população de um estado.

É por meio deste discurso que as instituições - o estado - compelem, de certa forma, a população a adotarem igualmente este discurso de valorização do Pantanal como patrimônio natural e elemento identitário do estado de Mato Grosso do Sul, o que supostamente, resolveria o problema da crise de identidade e concederia a esta população, de origem migrante e pós ruptura estatal, um sentimento de pertença e de reconhecimento como parte daquele lugar, ligados a esta identidade pantaneira, que se torna a marca de um “verdadeiro sul-mato-grossense”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo dos três capítulos discorridos por estas páginas, percorremos a história de um estado desde a sua formação, buscando entender como parte deste processo espelha a identidade sua e de sua população, na sua mais ímpar complexidade. Os patrimônios - em qualquer natureza que se apresentem - exercem uma função social de extrema importância no escrever da história destes sujeitos. Em sua concepção mais simplória de função de rememoração do passado, os patrimônios transcenderam para objetos subjetivados a serem parte da construção de um presente, o que adequa-se bem ao que compreendemos perante os patrimônios naturais.

No percorrer destas páginas, o entendimento da proposta inicial se ampliou ao passo em que as bases teóricas buscadas para realizar esta análise de historiografia enquanto principal fonte, foram se complementando para uma compreensão que foge as percepções delimitadas aprioristicamente.

Os discursos de saber-poder são exercidos a todo momento e por todos. Existem inúmeras vontades de verdade em circulação na sociedade e a todo momento elas estão em conflito. Esses conflitos são, não apenas conflitos de saberes-poderes em busca de hegemonia de discursos, mas também geradores de identidades. Esta que está em constante formação, que questiona a si própria, e que está sujeita aos processos de subjetivação da mesma forma que subjetiva. A identidade é um constructo social de alto grau de mutabilidade, e em alguns momentos da história, ela é moldada para fins específicos.

A crise de identidade é produto de um sistema inconstante mas que tem fins definidos; ela pode parecer uma crise construída devido aos discursos enunciados sobre ela, mas pela sua característica incompleta, esse discurso é amplamente aceito, uma vez que os sujeitos se enxergam realmente nesta crise, o que pode ser considerado ou não espontâneo. As características do estado de MS se encaixam nos elementos definidores de uma crise de identidade: um estado recém criado; uma população em grande parte migrante das mais diversas regiões e culturas de um país extremamente plural como o Brasil; uma grande população indígena das mais diversas etnias; e a ausência de grandes símbolos nacionais pertencentes ao estado. Estes elementos contribuem para a construção deste discurso que compele a população a se voltar para o seu patrimônio natural o que alimenta este sentimento de pertencimento e de reconhecimento para com aquele lugar.

O Pantanal por ser tão único na sua singularidade, de certa forma, é promovido ao patamar de símbolo nacional, o que gera o orgulho necessário para que a população como um todo adote este símbolo como parte de sua identidade. Apesar das principais fontes econômicas do estado serem a agricultura e a pecuária, o cartão postal do Mato Grosso do Sul é o Pantanal. Ao adentrar o estado é possível encontrar uma escultura da Arara-Azul ou até mesmo tucanos e araras pelos céus e coqueiros em cada cidade; além de tatus-bola, capivaras e jacarés-do-pantanal; inclusive em zonas urbanas. E estes fatos são narrados pela população do estado em tom de orgulho, ou seja, aquilo faz parte da identidade destes sujeitos. Os discursos foram aceitos e replicados pelos sujeitos aos quais eles foram enunciados. Como Foucault (1989) observa ao pontuar que os sujeitos são emissores e receptores do discurso; assim como são subjetivados e subjetivam; o poder emanado dos discursos pode ser considerado uma malha: um emaranhado de todas as direções onde um atua sobre o outro.

Identidade construída ou espontânea, neste trabalho, passam a ser conceitos que se complementam. Esta identidade baseada em um patrimônio natural que parte de um discurso fabricado de forma consciente, foi aceita e replicada de forma espontânea, o que coloca o Pantanal como o principal patrimônio e elemento identitário do estado de Mato Grosso do Sul.

BIBLIOGRAFIA

A DIVISÃO de Mato Grosso: resposta ao General Rondon. Campo Grande, 1934. 35 p.

ARRUDA, Gilmar. **O Chão de Nossa História: Natureza, Patrimônio Ambiental e Identidade.** Patrimônio e Memória: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006. p. 117.

ALHO, CJR. **Biodiversity of the Pantanal: response to seasonal flooding regime and to environmental degradation.** Brazilian Journal of Biology, vol. 68, no. 4, 2008. p. 957-966.

BAENINGER, R. **Migração, Migrações.** Idéias: Campinas(SP), n. 2, nova série, 1º semestre, 2011. p. 31-41.

BARROS, José D'Assunção. **História, região e espacialidade.** Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a Filosofia da História.** In: Sociologia. São Paulo: Ática, 1991.

BIGATÃO, Rosiney Isabel. **A construção da imagem do peão pantaneiro: A inscrição da tv e do rádio na cultura mestiça do pantanal de MS.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso.** Vol. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses.** Vol. 2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOIS, Paul. **Paysans de l'Ouest, dès structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire.** Paris-Haia: Mouton, 1960.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição (1988).** **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Lei Complementar nº 20, de 1 de julho de 1974. **Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.** Brasília/DF, julho de 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp20.htm>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. **Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.** Brasília/DF, outubro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

BURKE, Peter. **A História como Memória Social**. In: O mundo como teatro – estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul**. 6a ed. Revista e ampliada. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2009.

CARVALHO, Ely Bergo de. **Identidade, Natureza e História**: A coinvenção das identidades nas lutas por apropriação do mundo natural em Mato Grosso e a produção e divulgação da História regional. In: XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo nacional. Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013. Anais (online). Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363886334_ARQUIVO_TextoElyNatal2.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados. vol. 5 nº11. São Paulo. Jan/Abr. 1991.

CHAVES DE MELLO, Maria Tereza. **A República Consentida**. Editora FGV, EDUR, Rio de Janeiro, 2007.

CORRÊA, Valmir B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. C. Grande : Ed. UFMS, 1995.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo, Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**. Recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ESCURET, Georges G. **Lês sociétés et leurs natures**. Paris, Armand Colin, 1989, p. 63.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, Decreto nº 132, de 28 de maio de 1979. Cria a Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL) e dá outras providências.

EXUPERY, Antoine. **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FERNANDES, Erminio. **Organização Espacial dos Componentes da Paisagem da Baixa Nhecolândia - Pantanal de Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERNANDES, José Antonio. **Sobre o sul de mato grosso no século xx: a colônia agrícola nacional de dourados (1943 a 1970).** Fronteiras: Revista de História, 2014. Dourados, MS, v. 16, n. 28, p. 31 - 47.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso.** In. OLIVEIRA, Lúcia Lipp (Org.) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

GRADELLA, Frederico dos Santos. **Morfologia do relevo da porção sul do megaleque fluvial do Taquari, Pantanal da Nhecolândia, Brasil.** 2012. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro/SP.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. **Tempo E História: “Como Escrever A História Da França Hoje?”.** História Social: Campinas - SP, nº 03, p. 127-154, 1996.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JESUS, Nauk Maria de. (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial.** Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

Jornal **O Estado de São Paulo.** Edição de 04 de maio de 1977. Arquivo encontrado no sítio do Jornal: <http://acervo.estadao.com.br/>

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. **Documento e História: a memória evanescente.** In: PINSKY, Carla B; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-27.

KLANOVICZ, Luciana R. Fornazari. **De Gabriela a Juma: Imagens eróticas femininas nas telenovelas brasileiras.** Estudos Feministas, Florianópolis, 18(1): 288, janeiro-abril/2010.

- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Eudes Fernando. **Do Éden ao Pantanal**: considerações sobre a construção de uma representação. Espaço Plural (Unioeste), v. 18, p. 145-151, 2008.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial**: orientação para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco, 2004.
- MCINERNEY, Francesca A; WING, Scott L. **The Paleocene-Eocene thermal maximum: a perturbation of the carbon cycle, climate, and biosphere with implications for the future**. Annual Review of Earth and Planetary Sciences, 2011. 39: 489-516
- MENDES, José Manuel de Oliveira. **O desafio das identidades**. In: SANTOS, B. S. (Org.) A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.
- MENDES, J. C. **O Pantanal Mato-Grossense já foi mar?** In: Mendes, J. C. Conheça o solo brasileiro. São Paulo, Polígono, 1968. 202 p. cap. 6, p. 79-84.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- PANTANAL**. Novela de Benedito Ruy Barbosa. Direção de Carlos Magalhães, Roberto Naar e Marcelo de Barreto. Direção-geral de Jayme Monjardim. Elenco: Cláudio Marzo, Marcos Winter, Cristiana Oliveira, entre outros. Rede Manchete. 27 mar. a 10 dez. 1990. 216 capítulos. Disponível em: <<http://www.redemanchete.net/portal/artigos/artigo.asp?id=142>> Acesso em 25 de maio de 2019.
- PEREIRA, G.; CHÁVEZ, E. S.; SILVA, M. E. S. **O estudo das unidades de paisagem do bioma Pantanal**. AmbiÁgua, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 89-103, 2012. (<http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.826>)
- PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. **O lugar da memória e a memória do lugar na formação de professores**: a reinvenção da escola como uma comunidade investigativa. Poços de Caldas: 26ª Reunião Anual do Anped, 2003.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989.
- POLETTO, Júlia; KREUTZ, Lúcio. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, v. 19, n. 2, p. 199-203, maio/ago. 2014. Resenha de: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- POZENATO, José Clemente. **Algumas Considerações sobre Região e Regionalidade**. In: POZENATO, José Clemente. Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. In LAMOSO, Lisandra P. (org). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados/MS: Editora da UFGD, 2008.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (um breve ensaio)**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru: EDUSC; Campo Grande: UFMS, 2004.

ROWLING, Joanne K. **Harry Potter and the Deathly Hallows**. Bloomsbury, UK, 2010. p. 607.

SAID, Edward. **Invention, Memory, and Place**. Critical Inquiry, Vol. 26, No. 2 (Winter, 2000), pp.175 – 195.

SAKAMOTO, Arnaldo Yoso. **Dinâmica Hídrica em uma Lagoa "Salina" e seu entorno no Pantanal da Nhecolândia**: contribuição ao estudo das relações entre o meio físico e a ocupação, Fazenda São Miguel do Firme, MS. Tese (Doutorado em Ciências - Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SAKAMOTO, Arnaldo Y; BACANI, Vitor M; GRADELLA, Frederico dos S; FERREIRA, Cesar C; DECCO, Hermiliano F. **Desmatamento e Alterações Ambientais no Pantanal da Nhecolândia, MS, Brasil**. Revista Geonorte, Edição Especial, V.3, N.4, p. 827-839, 2012.

SALIBA, Elias Thomé. **Pequena História do Documento: Aventuras modernas e desventuras pós-modernas**. In: PINSKY, Carla B; LUCA, Tania Regina de. O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 309-325.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais**. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (org.). Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In: BURKE, Peter. (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SOTANA, Edvaldo Correa; CORREA, Línive de Albuquerque. **A divisão do estado de Mato Grosso nas páginas da Folha de S. Paulo**. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.5, nº9 jul-dez, 2015. p.41-57.

STEPHANOU, Maria. **Apresentação**. Hist. Educ. [Online] Porto Alegre v. 19 n. 46 Maio/ago., 2015 p. 7-14

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de história**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS JUNIOR, Carlos. **A marcha para o Oeste de Cassiano Ricardo: um itinerário para a Nação**. Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR. Jacarezinho, maio 2008.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 05 de Agosto de 2019.


Caroline Cassoli Gonçalves